

## FICHA TÉCNICA

### **Título**

*Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática – N.º 9 (2021)*

### **ISSN**

1647-6344

### **Editor**

Centro de Estudos Históricos

### **Director**

João José Alves Dias

### **Conselho Editorial**

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

### **Conselho Científico**

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

### **Design Gráfico**

Ana Paula Silva

### **Índices**

Carlos Silva Moura, Diana Martins, João Costa e Pedro Pinto

### **Imagem de capa**

Bibliothèque nationale de France, Ms. Français 20485, f. 92



## SUMÁRIO

Editorial, p. 7  
João Alves Dias

Imagem da capa: Uma carta de Lopo de Almeida a Luís XI, Rei de França, em 1465, p. 9  
Pedro Pinto

## ESTUDOS

Pernoitar fora de casa nos confins da Idade Média, p. 15  
Iria Gonçalves

A presença da cortiça no património construído da Ordem de Avis, em terras do Alto Alentejo, no início da Idade Moderna, p. 51  
Ângela Beirante

## MONUMENTA HISTORICA

António Castro Henriques, Diana Martins, Inês Olaia, Pedro Pinto, João Costa, João Nisa, Catarina Rosa, Margarida Contreiras, Ana Catarina Soares, Maria Teresa Oliveira, Rui Queirós de Faria, Diogo Reis Pereira, Carlos Silva Moura, Pedro Simões, Alexandre Monteiro, Ana Isabel Lopes

A ordem dos documentos desta secção encontra-se nas páginas seguintes (4 a 6)

## ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 283

## MONUMENTA HISTORICA – Ordenação da documentação

Foral outorgado por Gomes Lopes, prior do Mosteiro de São Jorge de Coimbra, a Galizes (1260), p. 87

Carta de D. Dinis ao juiz e concelho de Penacova sobre o pagamento da colheita pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1290), p. 89

Carta de D. Dinis ao meirinho-mor de Além-Douro para controlo de violência dos fidalgos (1293), p. 91

Carta de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, contendo o traslado de escrituras relativas à sentença exarada contra Miguel Lourenço, carpinteiro, por não viver maritalmente com a sua mulher (1304), p. 93

Carta de D. Dinis de revisão do foro a pagar pelo concelho de Abiul (1308), p. 97

Carta de D. Afonso IV de privilégio ao Mosteiro de São Domingos de Santarém (1328), p. 99

Carta de D. Afonso IV concedendo privilégio ao convento do Mosteiro de Santa Ana das Celas da Ponte de Coimbra (1334), p. 101

Carta de D. Afonso IV concedendo privilégio à igreja de São Cristóvão de Coimbra (1334), p. 103

Treslado de carta de D. Afonso IV com instruções para averiguação de queixas de sobretaxamento no Entre Douro e Minho (1335), p. 105

Inventário e descrição do conteúdo de duas arcas (uma contendo livros) pertencentes à Irmandade dos Clérigos Ricos de Lisboa (1382), p. 107

Instrumento público de trespasse de aforamento de umas vinhas em Óbidos entre Álvaro Vasques e Vasco Gil (1417), p. 111

Privilégio e ordenança dos besteiros de cavalo (1419), p. 113

Escambo que Fernão Gil, tesoureiro do Infante D. Duarte, fez das casas da judiaria, com a vinha e olival, que foi de João Vicente, moedeiro (1433), p. 117

Fragmento de livro de despesas de Martim Zapata, tesoureiro-mor em Lisboa (1440), p. 123

Instrumento público de codicilo ao testamento de Leonor Gonçalves da Silveira (1441), p. 129

Carta de venda de metade de uma casa situada na judiaria do Olival, no Porto, junto ao Mosteiro de São Domingos (1445), p. 133

Venda de Violante da Silveira a Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade régia, de bens em Évora (1449), p. 137

Carta de D. Afonso V ao Conde de Benavente (1451), p. 141

Confirmação da doação que fizeram Isaac de Braga e Missol, judeus habitantes em Arrifana de Sousa, a D. Isabel de Sousa (1456), p. 143

Traslado quinhentista do contrato que a Câmara de Évora fez da administração da aposentadoria de Évora com os mesteres (1464), p. 147

Certidão da Infante D. Beatriz sobre as menagens dos alcaides das fortalezas pertencentes a D. Diogo, Duque de Viseu, seu filho (1481), p. 155

Carta de Santarém a D. João II sobre a morte do príncipe D. Afonso [1491], p. 163

Contrato de casamento de D. Maria de Meneses com Rui Gomes da Grã (1493), p. 165

Codicilo ao testamento de D. Gonçalo de Castelo Branco (1493), p. 169

Instruções dadas por D. Jorge da Costa, Cardeal de Portugal, em Roma, a Francisco Fernandes, que enviava a D. Manuel I, rei de Portugal (1496), p. 173

Partilha de bens por morte de Maria de Sousa, Baronesa de Alvito (1499), p. 177

Caderno de matrícula das ordens sacras concedidas em Tomar (1501-1544), p. 183

Carta de foral novo do Rei D. Manuel I ao concelho de Castelo Novo (1510), p. 215

Carta de Álvaro Vaz queixando-se ao rei da opressão que o corregedor de Tavira causara aos moradores da dita cidade (1517), p. 227

Nomeação de Afonso Homem como recebedor das terças da comarca de Trás-os-Montes (1517), p. 231

Notícias várias do reinado de D. João III e D. Sebastião [1521-1572], p. 233

Carta de sentença e quitação do Cardeal de Lisboa, o Infante D. Afonso [II], relativamente a uma contenda entre o bacharel Tomé Fernandes e D. Francisco de Castelo Branco sobre a execução do testamento da condessa, sua mãe (1529), p. 241

Carta de D. João III ao capitão de Ormuz D. Pedro de Castelo Branco sobre a ameaça dos turcos (1537), p. 243

Mandado de D. João III a Sebastião de Morais para pagar a Fernão de Pina, cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, até à quantia de 300 cruzados aos escrivães que trasladavam livros e escrituras (1538), p. 245

Carta de D. João III ao capitão de Ormuz D. Pedro de Castelo Branco agradecendo os seus serviços (1542), p. 247

Carta sobre a defesa do castelo de Viana [1614-1625], p. 249

Parecer do Conselho da Fazenda sobre o naufrágio de uma nau holandesa em Melides (1626), p. 253

Lista de despesas do embaixador de Portugal em Roma [post. 1640], p. 255

Instruções públicas de D. João IV a D. João de Meneses, embaixador na Holanda (1650), p. 259

Instruções privadas de D. João IV a D. João de Meneses, embaixador na Holanda (1650), p. 263

Carta de D. Maria I nomeando o professor régio Luiz dos Santos Vilhena para a cadeira de língua grega na Bahia (1787), p. 273

Memória sobre o modo mais vantajoso de remediar os inconvenientes das presas de água para regar os campos, fazer os rios navegáveis, prevenir o seu areamento, profundar os portos de mar, e outros usos [c. 1794-1808], p. 275

Relação do que foi destruído pelos franceses no cartório da câmara de Penamacor (1816), p. 281

# A PRESENÇA DA CORTIÇA NO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO DA ORDEM DE AVIS, EM TERRAS DO ALTO ALENTEJO, NO INÍCIO DA IDADE MODERNA

Ângela Beirante

Centro de Estudos Históricos, Universidade NOVA de Lisboa

## Resumo

Este artigo constitui um contributo para o conhecimento histórico do uso da cortiça como material de construção. Consiste num caso de estudo que tem por base o tombo de uma Visitação da Ordem de Avis, realizada em 1519 a cinco comendas do Alto Alentejo. Numa região onde abundam os montados de sobro, a cortiça estava presente em cerca de 40% dos edifícios que a Ordem possuía nas povoações visitadas e era utilizada em várias soluções construtivas.

## Palavras-chave

Cortiça; Materiais de construção; Património construído; Ordem de Avis; Comendas; Visitações.

## Abstract

This article provides a contribution to the knowledge of the historical use of cork as a building material. It is a case study based on the record of a visitation conducted by the Order of Avis in 1519 to five commanderies in Alto Alentejo. In a region where cork oak woodlands abound, cork was used in around 40% of the buildings owned by the Order in the villages that they visited and it was used for various building purposes.

## Keywords

Cork; Building materials; Built heritage; Order of Avis; Commanderies; Visitations.

Artigo recebido em: 14.06.2021 | Artigo aprovado em: 22.09.2021

© *Fragmenta Historica* 9 (2021), (51-84). Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344

## Introdução

Este artigo pretende ser um contributo para o conhecimento de um tema cuja linha de investigação foi iniciada há várias décadas e que, nos últimos anos, não tem tido continuidade. Referimo-nos ao uso da cortiça como material de construção no Portugal medievo e moderno, tema que parece justificar-se por si próprio. Sendo o sobreiro (*Quercus suber*) uma espécie arbórea exclusiva de uma pequena parte do globo, o Mediterrâneo Ocidental, Portugal ocupa o primeiro lugar na produção mundial da cortiça<sup>1</sup>. Isto porque, segundo Vieira Natividade, o sobreiro vegeta em boas condições no nosso país, desde o Minho à campina de Faro, atingindo o seu óptimo ecológico em algumas partes do Alentejo<sup>2</sup>.

onde o sobreiro atinge o seu óptimo ecológico. Serve-lhe de suporte documental uma fonte inédita, datada de 1519: *Visitação das igrejas e tombos das propriedades foros e direitos da Ordem em Cano, Figueira, Galveias, Mora e Seda*<sup>3</sup>.

Antes de iniciarmos o estudo propriamente dito, abordaremos três pontos prévios: usos tradicionais da cortiça; história da cortiça em Portugal como material de construção; caracterização da fonte que nos serve de suporte. Tomando como base a mesma fonte passaremos à análise do património construído da Ordem de Avis nas referidas terras através de sucessivos níveis de aproximação relativamente ao objecto de pesquisa: perfil das povoações visitadas; património construído e suas características arquitectónicas;

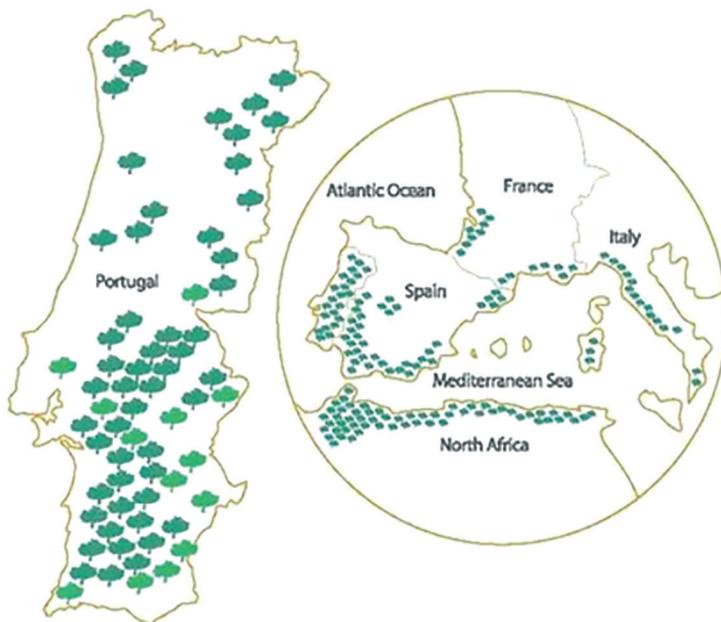


Fig. 1 – A distribuição do sobreiro pela zona mediterrânica ocidental  
(Extraído de NASCIMENTO, 2013, p. 6)

O trabalho baseia-se num caso de estudo: o uso da cortiça como material de construção, no início da Idade Moderna, em terras alto-alentejanas da Ordem de Avis, situadas nos actuais concelhos de Avis, Alter do Chão, Ponte de Sor e Mora, região

presença da cortiça nos edifícios da Ordem. Acabaremos por concluir que, numa das principais zonas de concentração de sobreiro na actualidade, a cortiça não só está presente num avultado número de edifícios, como protagoniza diversas formas de construção, desde as mais arcaicas às mais modernas.

<sup>1</sup> A cortiça só é produzida em sete países do mundo: Portugal, Espanha, França, Itália, Marrocos, Argélia e Tunísia.

<sup>2</sup> Joaquim Vieira Natividade, *Subericultura*, Lisboa, Ministério da Economia, 1950, pp. 37-39.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, Liv. 15.



## Usos tradicionais da cortiça

Dotados de grande riqueza natural e antropológica, os territórios corticeiros geraram, ao longo de milénios, um património cultural único, no qual se destacam os diferentes usos que as civilizações desta parte do mundo deram à cortiça.

Os tratadistas romanos que escreveram acerca das actividades rurais, como Varrão, no século I a. C., e Columela, no século I d. C, são unânimes em afirmar que as melhores colmeias são as de cortiça por serem as que melhor protegem as abelhas, quer dos frios do inverno, quer dos calores do verão<sup>4</sup>. Mas é na obra de Plínio, o Velho (23-79 d. C.), *Naturalis Historia*, que encontramos uma espécie de catálogo dos variados usos que no seu tempo eram dados à casca do sobreiro<sup>5</sup>. Salienta a sua utilização como vedante, prática vulgarizada pelos antigos romanos no transporte e conservação do vinho em ânforas hermeticamente fechadas com rolhas de cortiça e seladas com pez<sup>6</sup>.

Um estudo dos arqueólogos André Carneiro e Sónia Bombico, que registaram a presença de tampas de cortiça em ânforas de tipo lusitano em dez sítios de naufrágio ocorridos na Antiguidade Tardia, revela que a cortiça também era utilizada na selagem das ânforas que transportavam para todo o Mediterrâneo o *garum* produzido na Lusitânia<sup>7</sup>.

Plínio dá particular ênfase ao uso da cortiça em cabos de âncoras de navios e em redes de pesca e até como matéria-prima na confecção de calçado feminino de inverno. Destaca ainda a utilidade da cortiça para fabricar recipientes destinados ao transporte dos produtos agrícolas e dá

conta que ela é também usada na cobertura de cabanas, tipo de habitação rústica a que chama *tugurium*, que não se deve confundir com *domus* ou casa.

É curioso notar que grande parte destas utilizações da cortiça chegaram aos nossos dias, tendo, algumas delas, alcançado um auspicioso futuro. Centremo-nos na persistência e na evolução destas práticas em Portugal durante a Idade Média e nos inícios da Moderna.

Durante a Alta Idade Média, em virtude do colapso dos circuitos comerciais do mundo romano, registou-se uma retracção do uso da cortiça como vedante de contentores de transporte náutico, mas o surto comercial da Baixa Idade Média deve ter valorizado essa função. Assim, tudo leva a crer que, em Portugal, como noutras regiões da Península Ibérica<sup>8</sup>, o uso da rolha de cortiça no transporte de líquidos parece nunca ter sido abandonado. Nas regiões corticeiras, antes do século XIX - altura em que este objecto ganhou protagonismo graças à vulgarização do comércio do vinho engarrafado -, a cortiça nunca deixou de funcionar como um vedante sempre à mão no quotidiano das populações. De facto, temos provas de que em Portugal ela não servia apenas na preservação de líquidos, mas também era usada na oclusão de espaços que se queriam resguardados<sup>9</sup>.

A ligação da cortiça às artes da pesca e da marinharia foi particularmente intensa em Portugal a partir da Idade Média, dando origem a um activo comércio com o norte da Europa<sup>10</sup>. Esta

<sup>4</sup> Varrão, *De re rustica*, livro III, capítulo XVI; Columela, *De re rustica*, livro IX, capítulo VI.

<sup>5</sup> Plínio, o Velho, *Naturalis Historia*, livro XVI, capítulos XIII e XIV.

<sup>6</sup> O papel que as rolhas de cortiça desempenharam no comércio do vinho em Roma é evidenciado por Jean-Pierre Brun et André Tchernia, em *Le vin romain antique*, Grenoble, Glénat Livres, 1999, p. 142 e ainda pelo segundo autor, em *The Romans and Trade*, Oxford University Press, 2016.

<sup>7</sup> André Carneiro e Sónia Bombico, "Do Mar ao Montado: Evidências da utilização da cortiça na Lusitânia Romana", in *El alcornocal y el negocio corchero: una perspectiva histórica e interdisciplinar*, coord. José Rangel Preciado, Carlos Manuel Faísca, Sónia Bombico e Pedro Mourisco, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2016, pp. 19-45.

<sup>8</sup> Na Catalunha do século XIV, entre os artefactos de cortiça exportados, contam-se os vedantes de recipientes de azeite (Xavier Soldevilla i Temporal, "Suredes i suro al Baix Empordà medieval", in *Suredes i industria surera: avui, ahir i demà*, ed. Santiago Zapata Blanco, Palafrugell, Museu del Suro de Palafrugell, 2009, pp. 594-602).

<sup>9</sup> Assim, segundo o texto de uma Visitação da Ordem de Santiago, de 1533, as relíquias de S. Romão e S. Fabião, que se achavam na ermida de S. Romão de Panoias, estavam guardadas em duas arcas de tijolo com dois buracos, tapados com rolhas de cortiça. Também a pia baptismal da ermida de Santo Estêvão de Martim Longo estava tapada com uma cortiça [Mário Raul de Sousa Cunha (...) *Visitando nós ora pessoalmente o dito meestrado de Santiago (...) As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, vol. I, tese de doutoramento em História de Arte Portuguesa, Porto, FLUP, 2012, pp. 193 e 408].

<sup>10</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de*

matéria-prima, de que os povos pescadores do norte tanto careciam, era canalizada para Lisboa através do rio Tejo e seus afluentes e do rio Sado, nos quais existiam vários portos de embarque<sup>11</sup>. Segundo o Livro da Portagem de Lisboa, toda a cortiça que entrasse ou saísse do termo da cidade, incluindo a que os navios levassem para a Flandres, estava sujeita ao pagamento de dízima. Em contrapartida, ficava isenta desse tributo a que os pescadores e moradores de Lisboa levassem para suas barcas e redes fora do termo da cidade. Ficava igualmente isenta toda a cortiça que os navios, que carregavam no porto de Lisboa ou nos lugares do seu termo e no Ribatejo, levassem para as suas próprias bóias<sup>12</sup>. Toda esta legislação traduz a relevância que os artefactos destinados às actividades marítimas alcançaram em plena época dos Descobrimentos. Por isso a bóia de cortiça ficou imortalizada na janela manuelina do convento de Cristo de Tomar.

A utilização da cortiça como matéria-prima para fabrico de calçado feminino, enunciada por Plínio no século I, continua na Idade Média. Assim o prova um parágrafo dos *Regimentos de Évora e Arraiolos do século XV*, que tabela o feito dos socos de pele branca com solas de cortiça<sup>13</sup>. No século XVI, os chapins com solas altas de cortiça eram um artigo de moda muito cobiçado pelas mulheres, como se adivinha pela passagem do *Auto da Alma* de Gil Vicente, em que o Diabolo tenta a Alma oferecendo-lhe uns chapins de Valença. A procura deste tipo de artigo na Lisboa de

Quinhentos exigia que houvesse à venda cortiça já grosada (diferente da cortiça grossa que também era vendida na cidade) para que os sapateiros dedicados ao fabrico de chapins pudessem adquiri-la facilmente no mercado<sup>14</sup>.

Muitos dos artefactos de cortiça inventariados por etnógrafos, como Leite de Vasconcelos e Silva Picão, nos inícios do século passado na província corticeira do Alentejo, atestam o uso atávico destes objectos<sup>15</sup>. Todavia, enquanto os recipientes de cortiça enumerados por Plínio se destinavam principalmente à actividade agrícola, os objectos recenseados por aqueles etnógrafos estavam, de preferência, ao serviço da actividade pastoril, sendo fabricados pelos próprios pastores. Poderíamos ainda acrescentar que os engenhos moageiros tradicionais que chegaram aos nossos dias provam que a cortiça era também utilizada como calço, destinado a manter a distância necessária entre as mós<sup>16</sup>.

Quanto ao emprego da cortiça na cobertura de habitações rústicas e seus anexos, podemos afirmar que ele continuou em uso na Idade Média. Prova-o uma carta de privilégio de D. Pedro I, datada de 1364, pela qual o rei concede aos povoadores e moradores de Santa Maria da Glória, do termo de Salvaterra, o privilégio de poderem colher, nas charnecas e matas dos concelhos de Santarém, Muge, Coruche, Benavente e Salvaterra, a cortiça de que necessitassem para “cobrir suas casas e puçlgoões e pera suas colmeas e cubertura dellas”<sup>17</sup>. A cortiça funcionava

*Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 170 e ss. No século XV, a exportação da cortiça realizava-se em regime de contratos. Veja-se, a propósito, F. M. de Sousa Viterbo, “O Monopólio da Cortiça no século XV”, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, 1904, pp. 41-52; Armando de Castro, “Cortiça”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp. 716-718.

<sup>11</sup> No caso do rio Tejo, um dos portos de embarque situava-se na Ribeira de Santarém, onde, em meados do século XV, existia a Rua das Cortiças (Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, FCSH/UNL, 1980, pp. 115, 242). No caso do rio Sado, o porto de Alcácer do Sal funcionava como ponto de escala no transporte dos produtos da charneca, entre os quais a cortiça (Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 149).

<sup>12</sup> ANTT, Núcleo Antigo 356, Livro da Portagem de Lisboa (1377-1498), fól. 32v, 37-37v.

<sup>13</sup> *Regimentos de Évora e Arraiolos do século XV*, introd. e rev. Hermínia Vilar, Évora, CIDEUS-UE, 2005, p. 124.

<sup>14</sup> João Brandão de Buarcos, “Majestade e Grandezas de Lisboa em 1552”, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. XI, Lisboa, 1921, pp. 9-241, 93.

<sup>15</sup> Fazem parte desta lista os *tarros*, vasilhas para almoços e ceias; os *cochos*, conchas de cortiça para beber água das fontes; as *cornas*, vasilhas de chavelho com rolhas de cortiça em que se transportam merendas; a *ferrada* ou vaso de cortiça em forma de balde para onde se muge o gado e a *baralha* ou prateleira de cortiça com canas para pôr os queijos [J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892, p. 15 e ss.; J. da Silva Picão, *Através dos Campos: Usos e Costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, pp. 122, 200 (1903)].

<sup>16</sup> Rui Guita, *Engenhos Hidráulicos Tradicionais*, Lisboa, Instituto de Conservação da Natureza/Parque Natural do Vale do Guadiana, 1999, p. 4 (Esquema do mecanismo do rodízio).

<sup>17</sup> *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Pedro I*, ed. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, UNL, 2002, doc. 876. O documento foi



assim como protectora da vida dos homens e dos animais. O seu uso na cobertura de habitações rústicas perpetuou-se no tempo, sendo provável que o topónimo Cortiçada, registado em vários pontos do nosso país<sup>18</sup>, esteja relacionado com esse facto, mas, como será exposto no decorrer deste trabalho, a sua utilização como material de construção excedeu largamente a modalidade enunciada por Plínio.

Alguns trabalhos arqueológicos revelaram que, no passado, a cortiça foi usada em silos subterrâneos destinados à armazenagem de cereais, como no castro da Cola (Ourique) e em Castelo de Vide, tendo como objectivo o isolamento contra a humidade<sup>19</sup>. Outra prática que alguns autores registam como própria das regiões corticeiras do norte de África e da Europa é o emprego da cortiça para fins fúnebres<sup>20</sup>. Na realidade conhecemos dois casos documentados para a Idade Média portuguesa. No início do século XIII, o compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente determinava que os confrades tivessem sempre incenso, pano de linho, candeias, pranchas de cortiça e paus para sepultarem os pobres que morressem no seu hospital. Em 1300, num contrato realizado entre o cabido da Sé de Évora e Durão Peres e sua mulher, instituidores de uma capela na Sé e de uma albergaria

em Benavente, os cônegos obrigavam-se a manter a albergaria depois da morte dos fundadores e, quando algum pobre aí morresse, “deviam lhy dar bragal e cortiça com que o soterrrem e devemos ainda dar azeite para alumiar hua lampada”<sup>21</sup>. Quer isto dizer que, numa região abundante em cortiça, como era Benavente, os pobres iam a sepultar envoltos num lençol de linho e protegidos com pranchas de cortiça.

A ligação da cortiça à pobreza num contexto religioso de penitência está amplamente documentada por várias crónicas da ordem franciscana, em especial as de estrita observância. Ao narrarem a história dos mais virtuosos frades e freiras da sua ordem, os cronistas apontam como sinal de grande humildade e despojamento o tomarem por leito uma cortiça. Em casos excepcionais os próprios infantes praticam esse tipo de penitência de forma contínua ou ocasional. Assim acontece com a infanta D. Sancha, filha de D. Sancho I, fundadora do convento de S. Francisco de Alenquer<sup>22</sup>. Também o infante D. Luís, filho do rei D. Manuel, que em 1543 fundou o convento de Nossa Senhora da Piedade, perto de Salvaterra de Magos, sempre que visitava o cenóbio seguia o exemplo dos frades, dormindo numa cortiça. Reporta ainda o cronista que uma das actividades dos frades mais velhos era o fabrico de saleiros de cortiça e de colheres de pau para uso da comunidade<sup>23</sup>.

---

também publicado in *História Florestal Aquícola e Cinegética*, ed. C. Baeta Neves, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, 1980, vol. I, doc. 88, não tendo passado despercebido a José António Neiva Vieira, em “Legislação relativa ao sobreiro e à cortiça”, in *Cortiça, Suplemento ao Boletim Cortiça*, 1988, nº 600, Lisboa, Instituto dos Produtos Florestais, pp. 39-48.

<sup>18</sup> Citem-se os exemplos de Cortiçada, no concelho de Aguiar da Beira, Cortiçada, antigo nome de Proença-a-Nova, Cortiçada e Outeiro da Cortiçada, no antigo termo de Santarém e Cortiçadas de Lavre no concelho de Montemor-o-Novo.

<sup>19</sup> Joana Guerreiro Silva e Clara Pimenta do Vale, “A cortiça na construção: Sistemas construtivos tradicionais”, in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, ed. Rui Fernandes Póvoas e João Mascarenhas Mateus, Porto, CEAU/FAUP, 2016, vol. II, pp. 509-518; Fabián Cuesta-Gómez, Sara Prata e João Magusto, “Num buraco do chão vivia... uma história. Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras”, in *Pequenas Cidades no Tempo. O ambiente e outros temas*, ed. Adelaide Millán da Costa e Sara Prata, IEM, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Lisboa, 2021, pp. 151-180.

<sup>20</sup> Josep Espaldé, *Historia del corcho, más allá del tapon*, RETECORK, Catálogo [2018], pp. 5-6.

---

<sup>21</sup> Maria Ângela Beirante, “Para a história da morte em Portugal (sécs. XII-XIV)”, *Territórios do Sagrado, Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 26-27.

<sup>22</sup> Fr. Manoel da Esperança, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, vol. I, Lisboa, Officina Craesbeckiana, 1656, pp. 100, 119, 259, 326; Fr. Diogo do Rosário, *Flos Sanctorum ou Historia das vidas de Christo S. N. e de Sua Santissima Mãe, vidas de Santos e suas festas*, Lisboa, Officina de Antonio Craesbeeck, 1681, p. 236.

<sup>23</sup> Fr. António da Piedade, *Espelho de penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida da regular e mais estrita observancia da ordem do patriarcha S. Francisco no instituto capucho*, Lisboa Officina de Joseph M. Silva, 1728, pp. 93, 129, 647, 783, 833, 968. Vários exemplos desta prática penitencial também se encontram referenciados em Fr. Manuel de Monforte, *Chronica da Provincia da Piedade Primeira Capucha de Toda a Ordem, e Regular Observancia do nosso Padre S. Francisco (...)* Composta por Fr. Manoel de Monforte, pregador filho da mesma Provincia, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, Anno 1751 (1ª edição 1693) pp. 292, 471, 683, 796.



É neste mesmo espírito de penitência que alguns conventos de cariz ascético construídos no século XVI ou início do XVII usam intencionalmente materiais pobres, entre eles a cortiça. É o caso do convento de Santa Maria da Arrábida (1542); do convento dos Capuchos de Sintra (1560) e do convento ou deserto dos Carmelitas Descalços do Bussaco (1628)<sup>24</sup>. O recurso à cortiça virgem na construção dos edifícios criava a ilusão de uma gruta eremítica, mas o revestimento de tectos e outras superfícies internas com cortiça, ainda que tosca, não deixava de lhes aportar algum conforto. E parece ter sido o carácter, ao mesmo tempo agreste e aconchegante, deste material sem tempo que levou alguns artistas portugueses do século XVIII a construir em cortiça o ambiente cenográfico dos seus presépios barrocos.

### História da cortiça em Portugal como material de construção. Estado da arte

A história da cortiça como material de construção, usado em Portugal durante a Idade Média e Moderna, começou a ser delineada no terceiro quartel do século passado. Num estudo pioneiro realizado por Vítor Pavão dos Santos, com base em Visitações da Ordem de Santiago de inícios do século XVI e no Livro das Fortalezas de Duarte de Armas (1509), encontra-se a informação de que uma das câmaras das casas do alcaide-mor de Mértola tinha o tecto forrado de cortiça<sup>25</sup>. Em 1977, António Banha de Andrade notou a existência, em 1520, de casas de taipa cobertas de cortiça, na Landeira, no local chamado Paço da Ordem (actualmente no concelho de Vendas Novas)<sup>26</sup>. Em 1989, na sua tese de doutoramento sobre o património medieval do mosteiro de Alcobaça, Iria Gonçalves

registou a presença esporádica de casas rústicas cobertas de cortiça<sup>27</sup>.

Uma vez lançadas estas pistas seria de esperar que os trabalhos monográficos sobre urbes medievais, realizados nas décadas de 80 e 90 do século XX, revelassem a presença da cortiça nas habitações urbanas. Mesmo em cidades e vilas da região corticeira do Alentejo, como Évora, Elvas, Alcácer do Sal ou Montemor-o-Novo, a cortiça está ausente, quer como cobertura, quer como forro dos edifícios. No primeiro caso, porque nas cidades do sul a telha é rainha e a casa urbana, mesmo a mais humilde, tem cobertura de telha; no segundo caso, porque forrar os tectos com cortiça seria um luxo que só viria a divulgar-se durante o século XVI, nas habitações urbanas de qualidade. Não é por isso de estranhar que, na descrição dos muitos edifícios que, em 1509, a comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo possuía na cidade de Évora, não se encontre qualquer referência àquele material. Acrescenta-se que, em todo o património construído da comenda, apenas se regista um alpendre coberto de cortiça num casal do termo do Vimieiro<sup>28</sup>. Todavia, o uso da cortiça como material de construção encontra-se documentado para finais da Idade Média em duas vilas localizadas a sul do Tejo: Setúbal e Ponte de Sor. O caso registado por Paulo Drumond Braga em Setúbal diz respeito ao aforamento, datado de 1487, de uma casa do mosteiro de Chelas, na qual o foreiro se obriga a reerguer os frontais do lado da rua, em tabuado ou cortiça<sup>29</sup>. Parece tratar-se de uma casa com fachada de tabique, na qual a cortiça podia ser utilizada nas paredes do piso superior<sup>30</sup>. O caso

<sup>27</sup> Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, FCSH, UNL, 1989, p. 115.

<sup>28</sup> Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI", in *Estudos de história. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, 1995, pp. 61-79 (ANTT, Ordem de Cristo, Convento de Tomar, Liv. 310, fól. 1-55. Posteriormente editado por Iria Gonçalves em *Tombos da Ordem de Cristo. I- Comendas a Sul do Tejo*, Centro de Estudos Históricos, UNL, 2002).

<sup>29</sup> Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1998, p. 76.

<sup>30</sup> Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, embora não registem a presença da cortiça nas casas com fachada de tabique, consideram que estas construções são anteriores à época moderna (*Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1992, pp. 349-345 e 404). Para uma época mais recente, Joaquim José Lopes

<sup>24</sup> "Convento de Santa Maria da Arrábida"; "Convento dos Capuchos de Sintra"; "Convento de Santa Cruz do Bussaco" in [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt).

<sup>25</sup> Vítor Pavão dos Santos, "As 'casas' do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI", in *Bracara Augusta*, vol. XXXI, nº 71-72 (1977), pp. 255-264 (antes referido na sua dissertação de licenciatura em História, inédita, apresentada em 1964, à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*).

<sup>26</sup> António Banha de Andrade, *Breve História das Ruínas do Antigo Burgo e Concelho de Montemor-o-Novo*, Évora, 1977, p. 51.



registado em Ponte de Sor por Carlos Manuel Faisca corresponde também a um contrato de aforamento de uma casa e venda, datado de 1481, no qual os foreiros ficam obrigados a reparar o imóvel, “assi de paredes como de madeira e cortiça”<sup>31</sup>. É provável que, neste caso, a cortiça fosse utilizada na cobertura do edifício. Já a afirmação de Joana Guerreiro Silva e Clara Pimenta do Vale de que uma passagem do foral manuelino de Ponte de Sor de 1514 autorizava a apanha de cortiça para os moinhos<sup>32</sup>, carece de algum reparo. É esta a referida passagem: “E os que cortarem azinha (sic) carvalho ou souereyro per pee pagaram quinhentos Reaes pera ho conçelho saluo pera casas ou lauoyra ou pera moendas”<sup>33</sup>. Esta cláusula compõe-se de duas partes: começa por um enunciado geral que proíbe o abate daquelas espécies arbóreas - que não visava propriamente a extracção da cortiça -, e termina com uma excepção que se traduz no importante privilégio concedido aos moradores do concelho de poderem cortar madeira para construção das suas casas e dos seus apeiros de lavoura e ainda para fabrico dos engenhos dos moinhos, onde a madeira era matéria-prima essencial<sup>34</sup>.

---

Teixeira assinala a utilização da cortiça como material de enchimento nas paredes de fachada de tabique reforçado (*Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004, p. 111 e ss).

<sup>31</sup> Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero en Alentejo: explotación florestal, industria y política económica, 1848-1914*, Badajoz, Universidade de Extremadura, 2019, tesis doctoral, pp. 69-70.

<sup>32</sup> Joana Guerreiro Silva e Clara Pimenta do Vale, “A cortiça na construção: Sistemas construtivos tradicionais”, in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, ed. Rui Fernandes Póvoas e João Mascarenhas Mateus, 2<sup>o</sup> vol., Porto CEAU/FAUP, 2016, pp. 509-518, p. 510.

<sup>33</sup> ANTT, Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana, Leitura Nova, Liv. 45, fól. 80.

<sup>34</sup> É sabido que os reis da primeira dinastia, especialmente a partir de D. Dinis, tomaram medidas de protecção à floresta, através de leis que proibiam a destruição do arvoredo. A partir de D. Manuel intensificou-se a política régia de protecção às matas com vista a dispor de muitas madeiras próprias para a construção naval. Os tratados quinhentistas de arquitectura naval defendem que, nas peças estruturais dos navios, se deviam empregar madeiras duras e resistentes, como era o sobre e o azinho, matéria-prima abundante na região em causa. A este propósito veja-se: Carlos Roggenmoser Lourenço, *A Floresta Portuguesa e os*

Num estudo sobre a vila de Avis, publicado em 1998-1999, Armando de Sousa Pereira pôde constatar, com base no tombo da mesa mestral da Ordem de Avis de 1556<sup>35</sup>, que a torre de menagem, residência do alcaide-mor, tinha no piso superior uma casa telhada e forrada de cortiça e assinalou igualmente a presença, no centro da vila, de uma “casa sobradada forrado o tecto de boa cortiça”<sup>36</sup>.

Manuel Sílvio Conde, a quem a história da habitação medieval muito deve, na sua tese de doutoramento em História, defende que, nos finais da Idade Média, na arquitectura rural do Médio Tejo existia um número significativo de habitações com cobertura de cortiça<sup>37</sup>.

Em 2000, Rui Fontes Ferreira apresentou um artigo sobre construções de cortiça e barro em Cortiçadas de Lavre<sup>38</sup>. Depois de ter aduzido alguma documentação histórica que atesta, para os séculos XVI, XVII e XVIII, a presença de habitações rústicas cobertas de cortiça numa região do actual concelho de Montemor-o-Novo, o seu estudo centra-se principalmente na existência, na actualidade, de construções rústicas com paredes de cortiça virgem misturada com terra. Desenvolve o mesmo tema em estudos posteriores e constata que construções semelhantes ocorrem ainda noutros concelhos do Alentejo e Ribatejo, como Gavião, Mora, Coruche e Santiago do Cacém<sup>39</sup>. Ainda que distintos destas construções

---

*Descobrimientos Marítimos*, Lisboa, Academia da Marinha, 1990; Francisco Contento Domingues, *Os navios do mar oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 91.

<sup>35</sup> *Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos*, organ. J. Mendes da Cunha Saraiva, Lisboa, Ministério das Finanças, 1950-1953.

<sup>36</sup> Armando de Sousa Pereira: “Avis, viagem a uma vila medieval”, in *A Cidade de Évora*, II Série, nº 3 (1998-1999), pp. 9-35.

<sup>37</sup> Manuel Sílvio Conde, *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, Cascais, Patrimonia Historica, 2000, vol. I, p. 315.

<sup>38</sup> Rui Fontes Ferreira, “Construções de Cortiça e Terra de Cortiçadas de Lavre”, in *Almorsor | Revista de Cultura*, nº 14, 2000, 325-339.

<sup>39</sup> Rui Fontes Ferreira, “Cortiça na Arquitectura Tradicional Portuguesa: um material de construção ignorado”, in *Arquitectura de Terra em Portugal*, ed. Filipe Silva, Maria Fernandes e Mariana Correia, Lisboa, Argumentum, 2005, pp. 114-118.



permanentes, também foram referenciados pelos etnógrafos, nestas regiões corticeiras, abrigos provisórios feitos de pranchas de cortiça<sup>40</sup>.

Manuel Sílvio Conde, em 2004, nas suas provas de agregação em História na Universidade Nova de Lisboa, sobre a habitação corrente nos finais da Idade Média, atribui à cortiça um variado leque de funcionalidades: na cobertura das casas; em paredes em mistura com o barro; aplicada em pavimentos e, tal como a madeira e as canas, em forros. Reconhece ainda que a cortiça, como outros materiais vegetais - colmo, palha, giesta, piorno, bunho, tábua - usados nas coberturas rústicas - emergiam até em espaços urbanos<sup>41</sup>. Esta última afirmação ficaria provada através de vários trabalhos sobre arquitectura e construção nos finais da Idade Média nas regiões da Beira Interior e do Norte Transmontano<sup>42</sup>. A metodologia destes trabalhos consistiu na associação das fontes escritas com as iconográficas, com destaque para três tombos das comendas da Ordem de Cristo<sup>43</sup> e os desenhos

das vilas fronteiriças destas regiões efectuados por Duarte de Armas.

Com base nos referidos tombos e em contratos de aforamento de propriedades, Iria Gonçalves<sup>44</sup> assinalou a presença da cortiça como material de cobertura na Beira Interior mostrando que, no conjunto dos materiais de construção utilizados, a cortiça tem o valor percentual de aproximadamente 17%. Em relação a Penha Garcia, Gilberto Coralejo Moiteiro, a partir das citadas fontes e do texto de uma visitação da Ordem de Cristo de 1505, constata que as casas são pequenas e pobres e têm paredes de pedra e barro. Na sua maioria são cobertas de cortiça, embora também existam algumas com cobertura de colmo. Em contrapartida, a igreja e as casas do castelo são cobertas de telha, à excepção da estrebaria e do palheiro que apresentam cobertura de cortiça. O mesmo autor regista, em terras da Idanha o mesmo tipo de cobertura em casas rústicas<sup>45</sup>. Rui Pontes e Magda Telhada, no estudo sobre os aposentos destinados aos alcaides dos castelos de Idanha-a-Nova, Penha Garcia, Salvaterra do Extremo, Segura e Castelo Branco, reconhecem que a cortiça só tem lugar no de Penha Garcia, mas apenas numa estrutura de depósito e aprovisionamento - a estrebaria e o palheiro - situados entre a barbacã e a segunda cerca do castelo<sup>46</sup>. Por sua vez, Manuel Sílvio Conde e Marina Afonso Vieira salientam o facto de a cortiça concorrer com o colmo nas coberturas dos telhados das vilas transmontanas fronteiriças de Outeiro (Bragança) e Penas Róias (Mogadouro), onde as igrejas e as casas do castelo estariam cobertas de telha.

Conjugando o texto de uma visitação da Ordem de Cristo, realizada em 1509 no Nordeste Alentejano, com o tombo das comendas de Nisa, Alpalhão e Montalvão e com os debuxos de Duarte de Armas, Manuel Sílvio Conde e Marina Afonso Vieira, olharam também para algumas vilas fronteiriças situadas a sul do Tejo<sup>47</sup>. Ao contrário do que ficou

<sup>40</sup> Refira-se o abrigo do guarda da pilhas de cortiça, feito de pranchas deste material, em Águas de Moura (Setúbal) registado por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1994, p.41.

<sup>41</sup> Manuel Sílvio Conde, "A habitação corrente nos finais da Idade Média: morfologias, materialidades, funcionalidades", in *Construir e Habitar: A Casa Medieval*, Braga, CITCEM, 2011, 203-266, pp. 217 e 219.

<sup>42</sup> Iria Gonçalves, "A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média", in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua Época*, vol. 3, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 101-123; Gilberto Coralejo Moiteiro, "Uma comenda da Ordem de Cristo no Sueste da Beira - Penha Garcia nos inícios do século XVI", in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 3, pp. 307-333; G. C. Moiteiro, "Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova", in *Media Aetas*, 2ª Série, vol. 1, 2004/2005, pp. 83-120; Rui Pontes e Magda Telhada, "Castelos da Ordem de Cristo no Sudeste da Beira no reinado de D. Manuel", in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 1, pp. 359-381; Manuel Sílvio Conde e Marina Vieira, "A habitação e a arquitectura corrente do norte transmontano em finais da Idade Média", in *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*, coord. Iria Gonçalves, Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2005, pp. 65-12. Note-se que já Rita Costa Gomes assinalara a presença da cortiça nestas construções em *Castelos da Raia: Beira*, Lisboa, IPPAR, 1996.

<sup>43</sup> Estes tombos foram posteriormente publicados por Iria Gonçalves (org.), *Tombos da Ordem de Cristo*, vols. V, VI, VII, CEH, UNL, 2010.

<sup>44</sup> Iria Gonçalves, "A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média", p. 120.

<sup>45</sup> Gilberto Coralejo Moiteiro, "Uma comenda da Ordem de Cristo no Sueste da Beira - Penha Garcia nos inícios do século XVI", e "Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova".

<sup>46</sup> Rui Pontes e Magda Telhada, "Castelos da Ordem de Cristo no Sudeste da Beira Interior no reinado de D. Manuel".

<sup>47</sup> Manuel Sílvio Conde e Marina Afonso Vieira, "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos. Elementos para o seu estudo", in



provado para as povoações da Beira e Trás-os-Montes, nestas comendas a cortiça não tem lugar na cobertura das casas que só conhecem a cobertura de telha ainda que de telha vã. Encontra-se apenas, como forro, no aposento nobre do alcaide-mor do castelo de Nisa onde, junto das varandas, havia uma câmara pequena sobradada, bem madeirada e forrada de olivel de cortiça. Também a estrebaria com suas manjedouras estava parcialmente forrada de cortiça, para protecção dos cavalos, animais nobres por excelência.

Num exaustivo trabalho sobre a casa comum das cidades e vilas urbanas de Entre Tejo e Odiana, na transição entre a Idade Média e os Tempos Modernos, Manuel Sílvio Conde rastreia, como não podia deixar de ser, os casos em que a cortiça desempenha funções construtivas nesta vasta região. Recorre, para o efeito, a fontes já publicadas: as que ele próprio utilizou no estudo anterior; algumas visitas da Ordem de Santiago de inícios do século XVI, das quais se serviu Vítor Pavão dos Santos; e o tombo da mesa mesral da Ordem de Avis de 1556, já parcialmente utilizado por Armando de Sousa Pereira. Verificamos que, nos poucos casos em que a cortiça está presente, serve sempre de forro a edifícios de qualidade, como são os aposentos dos alcaides-mores de Nisa, Mértola e Avis. Mas o mesmo tombo da Ordem de Avis revela que, em 1556, alguns moradores desta vila já viviam em casas que ostentavam tectos forrados de cortiça<sup>48</sup>. O mesmo estava a acontecer na vila de Benavente onde também se registam umas casas térreas forradas de cortiça. Parece estarmos perante um fenómeno de imitação em que este toque de luxo e conforto, apanágio das residências senhoriais, estava a ser adoptado pelas elites urbanas que o aplicavam, quer nas suas casas, quer nos edifícios das instituições que geriam.

Temos notícias de que a moda de forrar os tectos com cortiça chegou relativamente cedo a outras vilas alentejanas. Assim, por um documento do Arquivo da Misericórdia de Arraiolos<sup>49</sup>, ficamos

a saber que, em 12 de Setembro de 1524, um Sebastião Gomes se comprometeu a fornecer quarenta dúzias de cortiça *de amadio*<sup>50</sup>, pelo preço de 35 reais a dúzia, destinada a forrar certas casas dos irmãos da Misericórdia. A cortiça devia ser de boa qualidade, tirada no termo de Évora e posta no carregadoiro no prazo de um mês<sup>51</sup>. Sabemos igualmente que, no caso da cidade de Évora, o aumento do número de edifícios forrados de cortiça já era considerável em meados de Quinhentos<sup>52</sup>.

A maior parte dos trabalhos que temos vindo a analisar, a que se soma o trabalho de síntese de Manuel Sílvio Conde<sup>53</sup>, focam exclusivamente a presença da cortiça nas habitações. Também outros estudos dedicados à história da arte nos proporcionam informações curiosas acerca da inclusão da cortiça em lugares de culto.

Em obra já citada, Mário de Sousa Cunha, com base nos textos das visitas realizadas entre os anos 1510 e 1571 a 32 comendas espatárias, analisa um conjunto de cerca de 220 estruturas arquitectónicas (igrejas e ermidas)<sup>54</sup>. Embora o

<sup>50</sup> A designação *cortiça de amadio*, que se encontra na documentação antiga, corresponde naturalmente à *cortiça amadia*, ou seja, a da terceira tiragem e seguintes, bastante mais regular que a virgem (Joaquim Vieira Natividade, *Subercultura*, Lisboa, Ministério da Economia, 1950, p. 145).

<sup>51</sup> Segundo Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, a Misericórdia de Arraiolos foi instituída em 1524, tendo-lhe sido, de imediato, anexado o hospital do Espírito Santo, no qual a nova instituição se instalou. E, a 13 de Abril desse ano, os irmãos compraram umas casas na praça, contíguas ao hospital para aumento e melhoria das suas instalações (*Memórias da Villa de Arrayallos*, Parte I, 2.ª ed., Câmara Municipal de Arraiolos, 1983, pp. 123-126). É evidente que a cortiça adquirida em Setembro se destinava a forrar as casas compradas pela Misericórdia cinco meses antes.

<sup>52</sup> É o que parecem mostrar os dados apresentados por Silvana Vieira de Sousa e Paulo Simões Rodrigues, "Construir e habitar: espaços domésticos em Évora na passagem do século XV para o XVI", in *Antologia de Ensaios - Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. V Seminário de investigação, ensino e difusão*, DINÂMIA'CET-IUL, 2019, pp. 4-16. Com base em dois livros de registo de propriedades do cabido de Évora, datados de 1543 e 1551/2, os autores registam que a cortiça é referida 11 vezes no revestimento de paredes interiores e exteriores e ainda em divisões completas.

<sup>53</sup> Manuel Sílvio Conde, "Usos da cortiça na construção corrente tardomedieval e quinhentista", in *História da Construção - Os Materiais*, coord. A. Sousa Melo e M. Carmo Ribeiro, Braga, CITCEM, 2012, pp. 221-242.

<sup>54</sup> Mário de Sousa Cunha, (...) *Visitando nós ora pessoalmente o dito mestrado de Santiago (...) As Igrejas da*

*Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua Época*, vol. 3, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 263-286.

<sup>48</sup> São conhecidos três casos: um registado por A. de Sousa Pereira, mais dois assinalados por M. Sílvio Conde.

<sup>49</sup> *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. José Pedro Paiva, vol. 4, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005, doc. nº 222.



autor considere residual, no seu conjunto, o recurso à cortiça para forros<sup>55</sup>, não há dúvida que as cinco estruturas arquitectónicas em que a cortiça marca presença apresentam características *sui generis*, desde logo porque quatro delas se concentram no território de Aljustrel. Assim, o corpo da igreja de S. Salvador é forrado de cortiça e todo pintado; a ermida de Nossa Senhora do Castelo, de uma só casa, é forrada de cortiça com folhagem; a ermida de S. Sebastião, situada junto da vila, tem a ousia<sup>56</sup> forrada de cortiça e toda pintada de folhagem; a ermida de S. Bartolomeu tem a ousia com tecto de cortiça, pintado todo com *folhateria* com as armas de Fernão de Mascarenhas que fora comendador, tendo o corpo da igreja o tecto igualmente forrado de cortiça, todo pintado de folhagem, como a capela e as paredes. É, de facto, uma originalidade destes templos a utilização da cortiça como suporte pictórico, concedendo assim maior beleza e dignidade a estes espaços cultuais. O quinto edifício onde se assinala a existência deste material é a ermida de S. Mamede na ribeira do Sado, em Alcácer do Sal, que possui os tectos da ousia e do corpo da igreja forrados de cortiça. Acrescente-se que, na ermida de S. Romão de Alcácer, a cortiça serviu para forrar um *encasamento* na parede onde estavam guardados os santos óleos. Outras visitações da Ordem de Santiago ao Sudoeste Alentejano revelam ainda a presença de forros de cortiça nas igrejas de Vila Nova de Milfontes (Odemira) e na do Cercal (Santiago do Cacém)<sup>57</sup>. Donde se conclui que os territórios dos actuais concelhos de Aljustrel, Santiago do Cacém e Odemira, no Baixo Alentejo, constituíam, à época, o lugar por excelência da cortiça como revestimento habitual dos espaços sagrados.

Ao percorrermos o caminho que nos foi franqueado pelos historiadores que têm abordado o tema da cortiça como material de construção no Portugal medievo e moderno, pudemos constatar que, a norte do Tejo, a cortiça, mesmo em

espaços urbanos, servia para cobrir as casas, enquanto a sul, podia ser usada como revestimento de paredes, mas servia principalmente para revestir os interiores dos edifícios de qualidade. Somos quase tentados a formular uma dicotomia entre arcaísmo- rusticidade do norte *versus* modernidade- urbanidade do sul, mas esta formulação é falaciosa pelo facto de também existirem, a sul do Tejo, casas com coberturas de cortiça. Além disso, como defende Rui Fontes Ferreira, o sistema construtivo tradicional, que designa por alvenarias de cortiça e terra, era comum durante a Idade Média nas regiões a sul do Tejo<sup>58</sup>. E, quer a associação da cortiça ao barro na construção de paredes seja uma técnica trazida pelos mouros do norte de África, quer seja um tipo de construção autóctone, ela está indiscutivelmente marcada pelo arcaísmo. O estudo dos casos que a seguir apresentamos poderá servir para relativizar as opções.

### O tombo da Visitação da Ordem de Avis às comendas do Cano, Figueira, Seda, Galveias e Mora

O documento inédito que nos serve de fonte para o presente estudo é o tombo da *Visitação das igrejas e tombos das propriedades foros e direitos da Ordem em Cano, Figueira, Galveias, Mora e Seda*<sup>59</sup>, realizada em 1519 por ordem de D. Jorge, Mestre de Avis e Santiago, a cinco comendas do mestrado de Avis, “por aver mujtos annos e tempo que não fora visitado e tinha muita necessidade de aver mester corregimento e reformação”. Foram visitantes o bacharel D. Frei Nuno Cordeiro, prior-mor do convento de Avis, prior e beneficiado na igreja de S. João da vila de

*Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, vol. I, 2012.

<sup>55</sup> Mário de Sousa Cunha, (...) *Visitando nós ora pessoalmente o dito mestrado de Santiago* (...), p. 160.

<sup>56</sup> Rafael Bluteau, no *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. VI, Lisboa, 1721, p. 155, escreve: “Oussia, na antiga linguagem Portugueza significava Capella & Oussia mayor, ou Oussia principal, Capella mor de huma Igreja”.

<sup>57</sup> António Martins Quaresma, *Sudoeste Alentejano: materiais de construção tradicionais*, Odemira, 2014.

<sup>58</sup> Rui Fontes Ferreira, “Utilizações construtivas da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa”, in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, ed. Rui Fernandes Póvoas e João Mascarenhas Mateus, 2º vol., Porto, CEAU/FAUP, 2016, pp. 873-874. Também as arquitectas Joana Guerreiro Silva e Clara Pimenta do Vale salientam a importância da cortiça como material de construção e consideram que ela esteve sempre associada à terra, funcionando esta como ligante (“A cortiça na construção: Sistemas construtivos tradicionais”, in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, ed. Rui Fernandes Póvoas e João Mascarenhas Mateus, 2º vol., CEAU/FAUP, Porto, 2016, pp. 509-518).

<sup>59</sup> ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, liv. 15.



Coruche e Frei João Rolão, prior de Vila Viçosa; foram escrivães Álvaro Eanes Pinheiro, escudeiro e escrivão do almoxarifado de Avis e Frei Duarte, freire conventual. A visita durou cerca de dois meses: teve início a 10 de Fevereiro, no Cano, e terminou a 17 de Abril, em Mora.

Os autos de abertura das visitas, que se realizavam nas igrejas matrizes, revestiam-se de uma certa solenidade e neles deviam estar presentes os comendadores, as autoridades religiosas e civis, bem como alguns elementos da população.

No auto de abertura da visita do Cano, que teve lugar a 10 de Fevereiro de 1519, o comendador António de Mendonça, fidalgo da casa do Mestre, não pôde estar presente, fazendo-se representar pelo seu feitor João Rodrigues Figueiro. Compareceu o prior, Frei Diogo Nogueira, freire professo da Ordem, André Figueiro, clérigo e vigário pedâneo pelo bispo de Évora, e Heitor Lopes, tesoureiro da igreja e clérigo de missa; os juizes Álvaro Figueiro e Gil Eanes; os vereadores Gastão Lopes e João Gomes; Duarte Saltão, escrivão da câmara, e João Coelho, alcaide-menor; Lopo Álvares Mortágua e João Fernandes Mexia, moradores<sup>60</sup>.

No auto inaugural da visita de Figueira, que ocorreu a 1 de Março, estiveram presentes Pero de Gouveia, comendador e cavaleiro da Ordem, Álvaro Fernandes Sande, juiz, Brás Fernandes, vereador, Lourenço Eanes, procurador do concelho, Gregório Gonçalves, tabelião e “outros homens moradores em esta vila”. A ausência de qualquer clérigo neste auto deve-se ao facto de não haver pároco residente, mas sim um capelão que vinha cantar missa à igreja de quinze em quinze dias<sup>61</sup>.

Em Seda, o auto solene teve lugar a 9 de Março, tendo estado presentes o comendador e alcaide-mor da vila, D. Duarte de Almeida, o prior Frei Pero Farto; os juizes ordinários Pero Eanes e João Álvares; os vereadores Pero Dias e Francisco Gonçalves “e outras pessoas da dita vila”<sup>62</sup>.

Em Galveias, o auto de abertura realizou-se a 30 de Março. O comendador Pero de Gouveia (também comendador da Figueira) esteve ausente.

Compareceram Simão Vaz, clérigo de missa da ordem de S. Pedro, capelão e cura da igreja; Fernão Dias Soure e João Dias Francisco, juizes e ainda João Bacias, procurador no dito lugar “e outros vezinhos e moradores delle”<sup>63</sup>.

O auto de abertura de Mora, teve lugar a 8 de Abril, sem a presença do comendador, o almirante António de Azevedo. Presentes estavam o juiz ordinário Jorge Vaz, os vereadores João Coelho e Brás Rodrigues, o procurador do concelho Lourenço Lopes e “outros muitos moradores da dita vila”. A ausência do pároco deve-se ao facto de a igreja ser capela curada e o capelão Francisco Colaço só vir dizer missa aos domingos e dias de festa<sup>64</sup>.

O tomo da Visitação contém informações minuciosas sobre as comendas visitadas. Desde a inquirição sobre a vida e costumes dos freires, passando pela descrição dos edifícios religiosos e civis, pelo inventário de todos os bens e direitos da Ordem na comenda, até às advertências e determinações dos visitantes. Para o tema em análise focaremos apenas os edifícios, ou seja, o património construído destas comendas.

### Perfil das povoações visitadas

Para podermos enquadrar o património construído que é objecto deste estudo é importante conhecer o estatuto jurídico bem como a forma urbana das povoações visitadas. Quatro delas eram pequenas vilas rurais: Cano (no actual concelho de Sousel), Figueira (no concelho de Avis), Seda (no actual concelho de Alter do Chão) e Mora (no concelho do mesmo nome). Galveias (no actual concelho de Ponte de Sor) era um lugar ou aldeia do termo de Avis. No seu conjunto, formavam uma pequena constelação em torno da vila de Avis, sede da Ordem, a cujo termo, à excepção de Mora, inicialmente pertenceram.

À época, ser vila significava ter jurisdição própria e termo próprio, sem os quais a povoação era considerada um simples lugar. A categoria de concelho era mais ampla, podendo aplicar-se a qualquer povoação que tivesse a sua assembleia de homens-bons e os seus juizes, mas se estes estivessem sujeitos aos juizes do concelho prin-

<sup>60</sup> *Visitação das igrejas e tombos das propriedades foros e direitos da Ordem em Cano, Figueira, Galveias, Mora e Seda*, fól. 4v-5. De futuro citaremos esta fonte como *Visitação*.

<sup>61</sup> *Visitação*, fól. 65-65v.

<sup>62</sup> *Visitação*, fól. 114-115.

<sup>63</sup> *Visitação*, fól. 202v-203.

<sup>64</sup> *Visitação*, fól. 251.

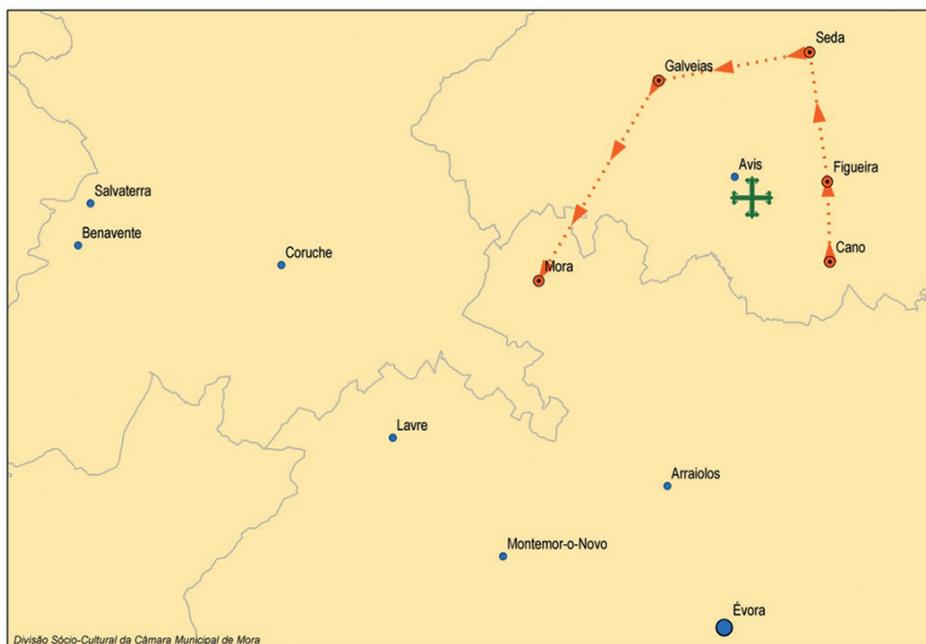


Fig. 2 - O percurso dos visitantes da Ordem de Avis, em 1519

cial e se o lugar não gozasse de termo próprio não era confundível com uma vila<sup>65</sup>.

Com excepção de Seda, todas estas povoações tiveram origem em póvoas, solução compatível com a necessidade de ocupar espaços vazios de gente. Associada à fundação de póvoas, a Ordem de Avis (e também a de Santiago) recorreu largamente ao instituto das sesmarias que lhe permitia fixar povoadores e desbravar terras incultas.

O castelo de Seda pertenceu primeiro à Ordem do Templo tendo-lhe sido doado por D. Afonso Henriques<sup>66</sup>. Por volta de 1236 passou para a posse dos cavaleiros de Avis e a 18 de Março

de 1271 obteve o seu primeiro foral das mãos do Mestre D. Simão Soares, datando de 1299 a primeira referência a um comendador de Seda<sup>67</sup>. Cedo gozou do estatuto de vila, estatuto que foi posto em causa durante a crise política de finais do século XIV<sup>68</sup>.

A 1 de Maio de 1271, o Mestre D. Simão Soares concedeu aos povoadores de Figueira os herdamientos onde se deviam estabelecer, dando-lhes os foros e costumes de Avis<sup>69</sup>. Em meados do sé-

das fontes para o seu estudo”, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 8, 2007, pp. 409-420

<sup>67</sup> Emanuel Cardoso Pereira, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIV*, 2º Ciclo de Estudos em História Medieval e do Renascimento, FLUP, 2013, p. 54 e ss.

<sup>68</sup> De facto, a 20 de Novembro de 1387, D. João I, como forma de castigar alegadas infidelidades, retirava à vila de Seda o estatuto de vila convertendo-a num lugar do termo e jurisdição da vila de Avis, mas passados dois anos, a 18 de Novembro de 1389, o mesmo rei mandou que o dito lugar voltasse a ser vila com jurisdição sobre si, como era antes de ter sido dado por termo a Avis (*Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. J. J. Alves Dias, vol. II, tomo 1, 2005, docs. 241 e 343).

<sup>69</sup> Este documento encontra-se transcrito no tombo em estudo (*Visitação*, fól. 106-106v) e foi publicado por Maria Teresa Saraiva, em *Figueira, Comenda da Ordem de Avis*

<sup>65</sup> Maria Ângela Beirante, “Cabeção, uma pequena vila alentejana, situada nos domínios da Ordem de Avis”, in *Pequenas Cidades no Tempo. O ambiente e outros temas*, ed. Adelaide Millán da Costa e Sara Prata, IEM, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Lisboa, 2021, pp. 411- 462. Interpretação idêntica expressam José Marques, *O Concelho Alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*, separata da *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1988 e Stéphane Boisselier, *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires, XIII-XV siècles*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

<sup>66</sup> Maria Cristina Ribeiro de Sousa Fernandes, “A Ordem do Templo em Portugal: algumas considerações em torno



culo XIV o concelho de Figueira já era chamado vila e no início do século XV era cabeça da comenda-mor da Ordem<sup>70</sup>.

Uma referência documental de 1340 aos povoadores do Cano<sup>71</sup> leva-nos a concluir que este núcleo populacional começou por ser uma póvoa do termo de Avis. Em 1344 já era comenda da Ordem<sup>72</sup>, mas não podemos precisar a data em que adquiriu o estatuto de vila<sup>73</sup>.

Os povoadores da póvoa da Galveia, também dita póvoa do Mestre, receberam foral a 3 de Novembro de 1304, que lhe foi dado pelo Mestre de Avis D. Lourenço Afonso, juntamente com as terras em que deviam instalar-se. Neste foral, que se encontra transcrito no texto da Visitação<sup>74</sup>, pode ler-se que o Mestre lhes concedeu o foro de Avis, escusando-os de hoste e fossado e de toda a peita. Outorgou-lhes que tivessem seus alcaides, ou seja, os seus juízes e também o seu meirinho, ficando os seus juízes subordinados aos de Avis. A povoação de Galveias só veio a alcançar o estatuto de vila, com termo próprio e jurisdição independente da de Avis, em 2 de Outubro de 1538, por carta de D. João III<sup>75</sup>.

Ao contrário das póvoas anteriores, fundadas pela Ordem de Avis, a póvoa de Mora é de fundação régia. Foi fundada pelo rei D. Dinis<sup>76</sup> e foi feita

comenda da Ordem no século XIV<sup>77</sup>. Em Abril de 1519, o concelho regulava-se ainda pelo foral antigo que, por não ter sido passado pela chancelaria do Mestre, não foi aceite pelos visitantes. À data da visitação todas as outras povoações já tinham o seu foral novo, enquanto Mora só o viria a receber seis meses depois<sup>78</sup>.

Apesar desta progressiva emancipação territorial face ao concelho de Avis, a Ordem detinha, nestas povoações, o monopólio de fundação de igrejas e capelas, o da nomeação dos respectivos curas, bem como o direito a partilhar com o bispo de Évora os rendimentos provenientes da cura *animarum*, como os dízimos. Detinha também a jurisdição cível e crime, cabendo ao ouvidor do mestrado, ou a alguém que o Mestre determinasse, a eleição dos juízes e oficiais. Os próprios comendadores, como representantes da Ordem, asseguravam a dependência das terras das suas comendas, em relação ao poder senhorial da mesma.

Em termos demográficos, à excepção de Seda, que contava com mais de duzentos vizinhos, e mesmo do Cano, que passava de cento e vinte, as restantes povoações tinham uma população reduzida: Mora, com oitenta vizinhos, Galveias, com sessenta e Figueira, com cinquenta<sup>79</sup>. As rendas anuais que a Ordem tinha nestas comendas, exceptuando a de Seda, eram módicas e escalonavam-se da seguinte forma: Seda - 160 000 reais; Mora - 50 000; Galveias - 35 000; Figueira - 35 000; Cano - 30 000 reais.

O texto da Visitação permite-nos ainda esboçar alguns traços sobre a forma urbana de cada uma

- *Publicação de Fontes*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 99-101.

<sup>70</sup> Maria Teresa Saraiva, *Figueira, Comenda da Ordem de Avis*, pp. 12 e 51.

<sup>71</sup> Maria Teresa Saraiva, *Figueira, Comenda da Ordem de Avis*, p. 68.

<sup>72</sup> Tinha então por comendador Lourenço Juzarte (Maria Teresa Saraiva, *Figueira, Comenda da Ordem de Avis*, p. 111).

<sup>73</sup> Segundo as Memórias Paroquiais, o rei D. Fernando concedeu aos seus moradores o privilégio de poderem cortar madeira para os seus trabalhos no termo de Avis e, a 30 de Agosto de 1400, o mestre de Avis D. Fernão Rodrigues deu-lhes o privilégio de poderem colher livremente os frutos das propriedades que tinham naquele termo (ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 39, nº 183). Em 1419 o lugar do Cano já tinha uma estalagem privilegiada (*Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. J. J. Alves Dias, vol. IV, tomo 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, UNL, 2000, doc. 315).

<sup>74</sup> *Visitação*, fól. 245-247.

<sup>75</sup> J. J. Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisboa, FCG/JNICT, 1996, p. 178.

<sup>76</sup> Segundo um documento de 1370, D. Dinis fundou a póvoa de Mora “pera cobramento da terra e auerem mantimento no dicto logo os que per hi forem e vierem e es-

qujar mortes e roubos e outros malles que se em aquella comarca fizerom e faziam” (*Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. J. J. Alves Dias, vol. III, tomo 3, 2000, doc. 1237).

<sup>77</sup> Em 1362, tinha por comendador Rodrigo Aires [Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*], Faro, Universidade do Algarve, 2009, p. 308.

<sup>78</sup> Os forais novos de Seda e de Figueira datam de 1 de Outubro de 1510; o de Avis é de 1 de Janeiro de 1512 e o do Cano de 1 de Novembro de 1512; o de Mora foi-lhe passado a 23 de Novembro de 1519 (ANTT, Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana, Leitura Nova, Liv. 45, fól. 49, 53, 54, 113).

<sup>79</sup> No numeramento de 1527 registam-se pequenas alterações: Seda - 184 fogos, Cano - 124, Mora-74, Galveias-60, Figueira- 52 (J. J. Alves Dias, *Gentes e Espaços...*, pp. 544-545).

destas localidades. Seda tinha um castelo, que é descrito como uma “cerqua mujto velha e derribada per partes e segundo se mostra os muros nunca foram acabados de todo e nom tem nehuma torre”<sup>80</sup>. Nele são identificadas duas portas, a do Sol e a da Traição<sup>81</sup>, o que desmente a opinião errada de que Seda nunca teria possuído castelo. Era precisamente no castelo que ficavam os aposentos do comendador e alcaide-mor e várias casas contíguas aos mesmos aposentos. A vila também dispunha da sua própria cerca e o seu eixo principal era a Rua do Castelo, onde se situavam seis propriedades da Ordem<sup>82</sup>.

Figueira, que fora comenda-mor, também tinha a sua cerca, onde se situavam as casas do comendador, nas quais se erguia uma casa-torre sobradada. No capítulo das determinações os visitantes ordenam ao comendador que mande fazer um portado com arco de tijolo na entrada da cerca. Como uma das obrigações dos moradores da vila era darem serventia nas obras de conservação do muro, cerca e torre<sup>83</sup>, é possível que, além da cerca, existisse outro muro de protecção do povoado. Em frente da porta da cerca situava-se a Praça, onde se localizava o hospital e na qual desembocava a Rua Direita<sup>84</sup>. À saída da vila, junto de uma courela de terra da Ordem, erguia-se a forca<sup>85</sup>.

No Cano, lugar da mesa mestral, o centro da vila era a Praça, onde desembocava a Rua Direita. No extremo ocidental da Praça situava-se o terreiro que dava acesso aos aposentos dos comendadores. Perto da Praça ficava a Rua da Malva, na qual se encontrava o hospital. Na periferia situava-se o Rossio e o Cerrado da Ordem, onde ainda se viam uns pardiéis derrubados chamados os Paços Velhos<sup>86</sup>.

Em Galveias, sabemos que existia uma rua dita Principal, onde a Ordem possuía propriedades e onde se situava o hospital, mas também o Adro da Igreja parece assumir alguma centralidade<sup>87</sup>.

No caso de Mora as referências toponímicas são omissas, não nos sendo possível vislumbrar a sua forma urbana<sup>88</sup>.

Um aspecto digno de nota, comum às cinco comendas visitadas, é o facto de a igreja matriz se encontrar sempre fora da povoação, ou seja, afastada do núcleo de povoamento mais antigo. Esta localização excêntrica é uma tendência comum no urbanismo medieval português<sup>89</sup>. No caso das vilas da Ordem de Avis, a abertura de novos espaços parece traduzir uma forma de intervenção urbanística com vista a criar futuros polos de centralidade urbana.

### O património construído e suas características arquitectónicas

O património construído das comendas, que é objecto deste estudo, inclui as igrejas, as ermidas e os hospitais, bem como os edifícios que constituíam bens próprios da Ordem e que, em regra, andavam aforados a terceiros. Ele está representado por 46 edifícios que se distribuem por dois grupos. O primeiro grupo, que designamos por IGREJAS, é integrado por igrejas e ermidas, num total de 18 edifícios, pertencendo metade à vila de Seda. O segundo grupo, que designamos por CASAS, é composto por 28 unidades.

Tenha-se em conta que o termo CASAS é uma denominação genérica onde, segundo a letra do documento quinhentista, cabe um leque variado de edifícios, desde estruturas habitacionais, que são as casas propriamente ditas; estruturas de armazenagem, apoio e comércio, como palheiros, estrebarias e vendas; de transformação, como lagares, fornos e moinhos; e até estruturas de assistência, como hospitais. Sem esquecer que na polissemia da palavra “casas” cabe também o significado de “compartimentos” de uma habitação, ainda hoje em uso no Alentejo, para não falar do sentido medieval de “casa” aplicado ao conjunto dos vassallos e criados de um senhor.

É dentro do segundo grupo que cabem os edifícios próprios da Ordem que os aforava a

<sup>80</sup> *Visitação*, fól. 129.

<sup>81</sup> *Visitação*, fól. 151.

<sup>82</sup> *Visitação*, fól. 117-130v; 144-148.

<sup>83</sup> *Visitação*, fól. 108v.

<sup>84</sup> *Visitação*, fól. 67-72; 77-79.

<sup>85</sup> *Visitação*, fól. 87.

<sup>86</sup> *Visitação*, fól. 6-12; 38-44.

<sup>87</sup> *Visitação*, fól. 203-204; 207; 221-222.

<sup>88</sup> *Visitação*, fól. 252v.

<sup>89</sup> Conclusão a que chegou Luísa Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 140. Confirmou esta conclusão Maria Ângela Beirante, “Cabeção, uma pequena vila alentejana, situada nos domínios da Ordem de Avis”, p. 435.



terceiros ou os reservava para si explorando-os directamente. Podiam entrar nesta reserva os meios de transformação como os moinhos, os fornos e os lagares que, no quadro de uma economia senhorial, constituíam monopólio do senhor. Na realidade, em terras da Ordem de Avis estes direitos senhoriais colidiam com o que era proposto pelos forais do modelo de Évora e Santarém que liberalizaram a posse destes meios de produção<sup>90</sup>. Acresce ainda que, numa região de população rarefeita, a liberdade de construir estes instrumentos de transformação funcionava como incentivo ao povoamento, razão pela qual a posse de moinhos era livre nestas terras. Já a referência a um lagar que havia dentro do castelo de Seda, onde se moía toda a azeitona da vila, prova que estamos perante um monopólio senhorial. Porém, o monopólio mais ciosamente mantido pela Ordem de Avis, apenas no Cano, Figueira e Galveias, foi o dos fornos de cozer pão. O monopólio dos fornos repetidamente reivindicado no texto<sup>91</sup>, obrigava os moradores a cozerem o seu pão no forno da Ordem mediante o pagamento do tributo dito “de poia”. Por sua vez, os comendadores ficavam obrigados a ter os fornos “aparelhados de todo o necessario”. A falta de cumprimento destas condições por parte dos moradores podia levar ao derrube dos fornos. Em contrapartida, a negligência dos comendadores provocava a revolta das populações, levando-as a reclamar justiça junto do rei<sup>92</sup>.

Dado que o tipo de edifício condiciona, à partida, o tipo de materiais a utilizar, não podemos deixar de pôr em evidência algumas características arquitectónicas dos edifícios visitados (Veja-se, em apêndice, os respectivos quadros descritivos).

<sup>90</sup> No caso do senhorio de Alcobaça Iria Gonçalves assinala a dificuldade experimentada pela entidade senhorial em conciliar os monopólios senhoriais com as liberdades concedidas pelo foral ( *O Património do Mosteiro de Alcobaça*, p. 456 e ss.) Também João Tiago Santos Costa regista, em terras da Ordem de Santiago, a mesma incompatibilidade entre as duas normativas, que acaba por ser favorável às gentes do concelho (*Palmela. O Espaço e as Gentes*, tese de doutoramento em História/História Medieval, Lisboa, FCSH/JNLI, p. 172 e ss).

<sup>91</sup> *Visitação*, fól. 34, 109v, 218.

<sup>92</sup> É conhecido o conflito que eclodiu em meados do século XIV, entre o concelho de Figueira e o comendador-mor D. João Rodrigues de Gouveia. Entre os muitos agravos do concelho, contava-se o dos abusos do comendador em matéria de fornos (Maria Teresa Saraiva, *Figueira, Comenda da Ordem de Avis*, p. 47).

No grupo das IGREJAS, constatamos que só as igrejas matrizes de Cano e Figueira são de três naves. Todos os restantes edifícios religiosos são de uma só nave, havendo mesmo seis ermidas que constam de uma casa só, sem ousia ou capela-mor. A igreja mais espaçosa é a matriz de Seda, com cerca de 25,5 m de comprimento por 8,8 m de largura e a mais acanhada é a ermida de S. Romão, na aldeia de Martinhanes, no termo de Coruche, anexa à comenda de Mora, com 3,85 m de comprimento por 3,3 m de largura<sup>93</sup>. As matrizes têm paredes de pedra e cal e portados de pedraria, salvo a igreja de S. Lourenço das Galveias que tem paredes de pedra e barro e portados de alvenaria de tijolo. As paredes das ermidas são geralmente de pedra e barro, excepção feita na igreja matriz de Mora, cujos altares são de taipa e na ermida de S. Gião da mesma vila, que tem alicerces de pedra e paredes de taipa. Todas as igrejas principais são madeiradas de asnas<sup>94</sup> e cobertas de telha vã. Todas as outras são madeiradas de trouxa<sup>95</sup> e cobertas de telha vã, excepto as

<sup>93</sup> A medida então usada era a vara de 5 palmos. Sendo cada palmo de 22 cm, a vara corresponde a 1,1 m. Veja-se: A. H. de Oliveira Marques, “Pesos e medidas”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 369-374; Mário Jorge Barroca, “Medidas-padrão medievais portuguesas”, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, II série, vol. IX, 1992, pp. 53-85.

<sup>94</sup> No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, p. 376, asna é definida como uma armação triangular de madeira ou de ferro usada para suportar o pau de fileira, a viga mestra de um telhado. Segundo João Sarrazola Martins *et alia*, os telhados de asnaria são coberturas de raiz ibérica que tinham como elementos básicos as pernas, os olivéis, os frechais e os tirantes, e foram, entre nós, a forma normal de construir, pelo menos entre o século XV e XVIII (João Sarrazola Martins, António Sousa Gago, João Vieira Caldas e Lina Oliveira, “Telhados e tectos de asnaria, uma constante na construção portuguesa do gótico ao barroco”, in *Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*, Espírito Santo, 2013). João Sarrazola Martins e António de Sousa Gago, em “Coberturas tradicionais a quatro águas e a questão dos telhados múltiplos”, in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, ed. Rui Fernandes Póvoas e João Mascarenhas Mateus, 1º vol., Porto, CEAU/FAUP, 2016, pp. 427-443, reproduzem, na p. 432 o telhado de asnaria da ermida de Nossa Senhora de Entre-Águas, Benavila (Avis), idêntico aos telhados de muitas igrejas que lhe ficavam próximas e que são enumeradas neste trabalho.

<sup>95</sup> Rafael Bluteau, no *Vocabulário Portuguez & Latino*, vol. VIII, Lisboa, 1721, p. 69, descreve assim o telhado de trou-

ermidas de Santo António e S. Pedro da Ervideira de Seda, também elas madeiradas de asnas. O chão das matrizes do Cano, Figueira e Seda é lajeado, enquanto as igrejas de Galveias e Mora, e mesmo a ermida de S. Brissos, são ladrilhadas de tijolo. Nas restantes ermidas devia prevalecer o chão de terra batida. Todas as igrejas matrizes são caídas por dentro e por fora e ostentam pinturas murais, mas também algumas ermidas são guarnecidas de cal, como a de S. Sebastião do Cano ou de S. Bento de Seda, podendo ter pinturas, como a de S. Barnabé de Seda<sup>96</sup>.

O grupo das CASAS é constituído por duas categorias distintas de edifícios: os edifícios de prestígio, representados pelos aposentos dos comendadores e os edifícios comuns, representados pelas casas de morada da população, pelos edifícios que estão ao serviço da comunidade e por alguns reservados ao serviço dos comendadores. As diferenças entre estes dois grupos são enormes, tanto ao nível da estrutura, da área e da funcionalidade, como das técnicas e dos materiais utilizados.

Dos três aposentos dos comendadores referenciados, apenas o do Cano era de um só piso, com uma área de 197,28 m<sup>2</sup>. Era composto por dez casas térreas madeiradas de trouxa, cobertas de telha vã, com paredes de pedra e barro, mas encontrava-se bastante arruinado<sup>97</sup>. As casas do

comendador da Figueira constavam de uma casa-torre de quatro águas, lembrança do período em que a vila fora comenda-mor. No piso térreo ficava a loja, com idênticas medidas às do piso superior e o acesso à torre fazia-se por uma escada que partia duma casa térrea que lhe era contígua. Estavam ainda ao serviço do comendador mais duas casas, uma que servia de estrebaria e outra que se abria para o exterior da cerca, perfazendo o conjunto uma área útil de 186,03m<sup>2</sup>. Um documento de 1347 informa-nos que a porta do paço da Figueira se abria para um alpendre, onde o comendador recebia os moradores da vila<sup>98</sup>. As casas do comendador de Seda, cuja área desconhecemos porque não foram medidas, eram igualmente sobradadas com oito casas grandes e pequenas e outros tantos sótãos. Estavam ainda a seu serviço cinco casas térreas contíguas. As zonas residenciais dos aposentos da Figueira e de Seda tinham telhados de asnaria, enquanto as construções secundárias apresentavam madeiramentos de trouxa. As construções principais ostentavam chaminés, janelas e portados de pedraria. As suas paredes eram de pedra e cal, dando lugar à pedra e barro nas secundárias.

As casas comuns, ao contrário das de prestígio, eram sempre térreas e caracterizavam-se pela simplicidade e pequenez, registando-se cerca de duas dezenas que possuíam apenas uma divisão, algumas das quais não atingiam os 30 metros quadrados de área. Outras, como os moinhos, os fornos e outras estruturas de transformação ou armazenagem, podiam, em alguns casos, ultrapassar a meia centena de metros quadrados. Porém, o tipo mais frequente da habitação comum obedecia ao modelo binário formado por casa dianteira e celeiro (eventualmente designados como casa de fora e casa de dentro) que se convertera, desde a Idade Média, no tipo de habitação corrente no Alentejo, sendo as suas áreas bastante variáveis. No caso dos hospitais não existe uniformidade. Se o de Figueira é constituído por uma só casa grande, o de Galveias é formado por casa dianteira e celeiro. Por sua vez, o hospital do Cano tem três divisões: casa dianteira e dois celeiros, reproduzindo assim a estru-

xa: "Telhado de huma agua chamam-lhe de trouxa ou madeirado de trouxa. Leva hua madre, ou trave pelo meyo, para a madeira não dar de si; usa-se nas estrebarias, palheyros, telheiros de lavar pedra, etc."

<sup>96</sup> Pelo que nos mostram os textos das visitasões, a Ordem de Avis, tal como a de Santiago, promovia a adopção da iconografia do Calvário como motivo pictórico para os arcos dos cruzeiros das suas matrizes. É o que se pode concluir de uma determinação sobre a igreja do Cano (a única que ainda não ostentava a referida pintura), que manda alargar o arco da capela-mor e pintar nele o Crucifixo, Nossa Senhora e S. João Evangelista (*Visitação*, fól. 29v). Para as visitasões da Ordem de Santiago veja-se Mário Raul de Sousa Cunha, *Visitando nós ora pessoalmente o dito meestrado de Santiago*, p. 93.

<sup>97</sup> Segundo o texto da visitação de 1538, o comendador António de Mendonça derrubara estas casas por estarem danificadas e "as principiou de novo e estão agora engalgadas as paredes de pedra e barro ate o sobrado e com portays e chiminees e estão agora Repartydas em oito casas afora huns pardieiros das mesmas casas em que se am de fazer estrebarias e nam se midiram por estar tudo de maneira que nam se podia medir" (ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, Liv. 14, *Visitação e tombo das propriedades da Ordem da vila de Avis e seu termo*,

*Cabeço de Vide, Cano, Figueira e Fronteira, Galveias, Seda e Sousel*, fól. 197v).

<sup>98</sup> Maria Teresa Saraiva, *Figueira, Comenda da Ordem de Avis*, p. 51.



tura da morada dos seus fundadores. Situam-se um pouco acima destes modelos, pelo seu tamanho e pela sua especialização, as casas dos priores na vila de Seda, com cinco compartimentos, incluindo várias câmaras, bem como o assento de casas com quatro divisões onde se fez venda, na Coutada de S. Brissos. As paredes das casas comuns são maioritariamente feitas de pedra e barro, mas a taipa é o material usado nas casas de Galveias e em algumas de Seda. O adobe, outro método construtivo em terra, está ausente da estrutura dos edifícios apreciados<sup>99</sup>. As casas comuns são madeiradas de trouxa e cobertas de telha vã. Não são caiadas e não possuem janelas nem chaminés.

Podemos adiantar que, embora a cortiça esteja presente em alguns dos edifícios religiosos visitados, o seu uso é limitado no grupo das igrejas. É no grupo alargado das casas, incluindo edifícios de prestígio e edifícios comuns, que o uso da cortiça, como material de construção, é verdadeiramente significativo.

### A presença da cortiça nos edifícios da Ordem

Dos 46 edifícios que a Ordem possuía nas cinco povoações visitadas, 18 continham cortiça, o que representa uma percentagem de 39,1 % do total. Ficava de fora a vila do Cano onde não se registou qualquer caso de utilização deste material. O maior destaque vai para a vila de Seda, com 55,6 % dos casos, seguindo-se Galveias, com 22,2 %, Figueira, com 16,7 % e Mora, com 5,5 % das ocorrências. Estamos perante uma concentração inusitada de registos que nos proporcionam uma informação abundante sobre o emprego da cortiça na construção, nos inícios da Idade Moderna, num espaço que corresponde *grossa modo* a quatro concelhos alto-alentejanos de grande riqueza corticeira: Avis, Alter do Chão, Ponte de Sor e Mora. Esta informação, além de numerosa, é diversificada, pois documenta três formas diferentes de utilização da cortiça: como cobertura de casas, como forro de tectos e como material de construção de paredes, o que não pode deixar

de contribuir para o enriquecimento dos nossos conhecimentos acerca do tema.

Seguindo o itinerário dos visitantes e dos oficiais do concelho (que levavam consigo uma vara de cinco palmos para procederem às medições) detenhamo-nos na vila de Figueira, mais concretamente junto da ribeira de Avis, onde a Ordem possuía três moinhos<sup>100</sup>: um, de um só ferido, e dois de dois feridos, ou seja, com duas levadas que conduziam a água do açude para duas moendas, uma destinada a moer o trigo, outra a moer o centeio. O primeiro ficava ao Porto da Azenha e media 27,23 m<sup>2</sup>; o segundo, antigamente chamado Moinho da Ordem, media 41,85 m<sup>2</sup>; o terceiro, ao Porto do Manso, media 43,61 m<sup>2</sup>. Eram de uma só divisão, tinham paredes de pedra e cal e estavam cobertos de telha vã e de cortiça, excepto o Moinho da Ordem, cuja cobertura era inteiramente de cortiça<sup>101</sup>. Eram todos foreiros e alguns deles teriam tido origem no instituto das sesmarias, que a Ordem de Avis recorrentemente pôs em prática com vista a promover o aproveitamento dos recursos naturais nos seus domínios. Efectivamente lê-se no respectivo regulamento: “O dito almoxarife dara lugar e licença aos que quiserem fazer moinhos d’agua com tall condiçam que paguem algum foro ou concessão a ordem e esto dara de infatiota”<sup>102</sup>.

A paragem seguinte e, por sinal bem demorada, foi na vila de Seda. Depois de visitarem a igreja matriz da invocação de Santa Maria do Espinheiro, os visitantes inspeccionaram as oito ermidas do termo. Duas destas ermidas, a de S. Pedro da Ervideira, e a de Santa Maria de Alparração, (que hoje fazem parte do concelho de Ponte de Sor), continham cortiça<sup>103</sup>.

A ermida de S. Pedro da Ervideira, que antes era uma capela muito pequena, coberta de cortiça, estava a ser reconstruída pelos moradores à sua

<sup>100</sup> *Visitação*, fól. 101-103.

<sup>101</sup> Além destes, a Ordem possuía outro moinho na ribeira de Avis, em frente do Monte dos Cavalos, ao Porto do Trabalho, que não tinha casa permanente, somente uma construção temporária de rama, na época da moagem (*Visitação*, fól. 100).

<sup>102</sup> Confirma esta prática o facto de a Ordem possuir, na mesma ribeira, dois assentos de moinhos ou pisões que andavam aforados em perpétuo na condição de os foreiros construírem neles os respectivos engenhos no prazo de quatro anos (*Visitação*, fól. 20v, 104 e 105).

<sup>103</sup> *Visitação*, fól. 128-129.

<sup>99</sup> Talvez porque, segundo Inês Fonseca, a utilização do adobe, pelo menos no concelho de Avis, foi tardia, fruto de migrações de finais do século XIX, acabando o adobe por suplantar a taipa (*Arquitectura de Terra em Avis*, Lisboa, Argumentum, 2007, pp. 37 e 44).



própria custa. A ousia já se encontrava concluída. Era quadrada e tinha o altar e as paredes de pedra e barro guarnecidos com cal e, caso único nas ermidas nas igrejas visitadas, estava madeirada de asnas e forrada de cortiça amadia, delgada, e por cima telhada. Tinham já feito um arco com exalços de pedra e de alvenaria, com umas grades de pau de salgueiro. O corpo da ermida estava começado, com paredes de pedra e barro até ao meio, e o mais de taipas, e encontrava-se coberto de cortiça, até que a obra fosse concluída. Media 6,05m de comprimento e 4,95 m de largura.

Ao contrário da ermida de S. Pedro, a ermida de Santa Maria de Alparrajão encontrava-se em ruínas e só lhe restava a ousia com 3,85 m de comprimento e 4,29 m de largo. Conservava ainda o altar de pedra e barro e as paredes da ousia também de pedra e barro até o meio e daí para cima de tijolo. Mantinha também a sua antiga cobertura de cortiça muito mal reparada. Segundo a informação dos moradores, a ermida “era cousa muyto antiga e que fora ahj jaa em tempo antiguo grande pouoraçam segundo se parecia ser asy por os edificios que de rredor da dicta jrmida estauam”<sup>104</sup>. Realmente a capela de Alparrajão conta-se entre as mais antigas capelas fundadas pela Ordem de Avis, pois numa carta de composição realizada em 1279, entre o bispo D. Durando Pais e o cabido da Sé de Évora, por um lado, e o mestre D. Simão Soares e o Convento de Avis, por outro, é expressamente mencionada a igreja de Seda com as capelas de Alparrajão e Pedroso<sup>105</sup>. Deste modo, a antiguidade da fundação permite-nos conjecturar que a ermida de Alparrajão teve, desde o início, a sua cobertura de cortiça. O mesmo deve ter acontecido com a da Ervideira que os moradores estavam a reconstruir, mas que, em vez de manterem a tradicional cobertura de cortiça, optaram por uma solução inovadora e primorosa, ao forrarem a capela da sua ermida de cortiça amadia.

A visita às casas de Seda começou pelo castelo, pelos aposentos do comendador e alcaide-mor D. Duarte de Almeida, que aí residia com sua mu-

lher e “toda a sua casa”<sup>106</sup>. Era um enorme e nobre assentamento, com oito casas sobradadas, todas soalhadas de tabuado, com seus sótãos, por baixo, que serviam de celeiro. Tinha paredes de pedra e cal, guarnecidas por dentro e por fora de cal. Estavam todas madeiradas de asnas e forradas por cima de cortiça amadia. A sala, a que se acedia por uma escada que partia do sótão, tinha uma boa chaminé e duas janelas com esteios de pedra no meio, uma que dava para a vila e a outra para o terreiro do castelo. À esquerda da sala ficava uma câmara que servia de guarda roupa e uma casa pequena que servia de privado; à direita situavam-se quatro câmaras, uma das quais servia de cozinha e outra de botica. Todas estas câmaras tinham janelas e possuíam bons portados com portas e fechaduras. Contíguas aos aposentos do comendador ficavam cinco casas térreas, com paredes de pedra e barro, madeiradas de trouxa e cobertas de telha vã, que estavam ao serviço do comendador. Uma delas servia de alojamento dos criados e distinguia-se das demais por ser forrada de cortiça e dispor de uma chaminé, o que lhes proporcionava um certo conforto. As restantes serviam de estrebaria, de palheiro, de lagar de azeite e de galinheiro. A casa das galinhas (destino provável dos galináceos provenientes de foros e dízimos) e que o próprio comendador mandara fazer, também se distinguia das outras por ser pequena e ter paredes de taipa. Pelo contrário, o lagar de azeite era uma casa grande que tinha duas varas e uma caldeira em que se moía toda a azeitona dos moradores da vila.

Terminada a visita aos aposentos do comendador, os visitantes desceram a Rua do Castelo e puderam observar à sua esquerda duas casas térreas de um só compartimento, ambas cobertas de cortiça. Uma, onde estava um forno de cozer pão, tinha paredes de taipa. A outra, com um portado de pedra e barro, tinha paredes de pedra e barro e de taipas e estava madeirada de trouxa<sup>107</sup>.

Os visitantes caminharam depois em direcção às hortas, mais precisamente a uma horta da Ordem, na Coutada de S. Brissos, onde se achava uma casa mal reparada, com paredes de pedra e barro e coberta de cortiça<sup>108</sup>. E, prosseguindo

<sup>104</sup> *Visitação*, fól. 128v.

<sup>105</sup> ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, mç. 2, doc. 129. O documento encontra-se transcrito em *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem de Avis...*, pp. 55-65.

<sup>106</sup> *Visitação*, fól. 129-130v.

<sup>107</sup> *Visitação*, fól. 147-148.

<sup>108</sup> *Visitação*, fól. 181-183.



o caminho até à Bica, na mesma Coutada de S. Brissos, a sul da estrada do “aRyçeçe<sup>109</sup>, que vai pera a ponte de vila formosa”, visitaram um assento de casas em que fora feita uma venda. Este assento, com 94,33 m<sup>2</sup> de área, compreendia duas casas de morada (casa dianteira e celeiro), uma grande estrebaria com duas manjedouras e um palheiro, como convinha a um estabelecimento desta natureza. As suas paredes eram de taipa com alicerces de pedra e todos os compartimentos estavam cobertos de cortiça. A conversão destas casas em venda para abastecimento e descanso de viajantes e suas montadas estava mais que justificada pelo facto de se acharem na proximidade da antiga estrada romana que ligava *Olisippo a Emerita Augusta* e que atravessava a ponte de Vila Formosa, sobre a ribeira de Seda<sup>110</sup>. Por fim dirigiram-se ao moinho da Ordem na mesma ribeira, que ficava junto da vila. Media 46,37 m<sup>2</sup> e era de dois feridos. Tinha as paredes de pedra e cal, madeiradas de trouxa e tinha cobertura de cortiça. Estava moente e corrente com duas rodas, mas encontrava-se mal reparado, tanto a casa como o açude.

Passando ao lugar de Galveias, os visitantes, depois de visitarem a igreja, dirigiram-se à Rua Principal onde a Ordem possuía quatro edifícios construídos com taipas, alguns com alicerces de pedra, e todos com cobertura de cortiça<sup>111</sup>. O hospital, que tal como os outros hospitais, não foi medido por não ser um bem próprio da Ordem, apresentava a estrutura binária comum de casa dianteira e celeiro. Os outros três edifícios estavam afectos ao comendador Pero de Gouveia. Uma casa, que tinha um portado com cumeiras de pau, apresentava a mesma estrutura, mas por ser excepcionalmente grande (83,6 m<sup>2</sup>),

tinha um esteio de pau no meio da casa dianteira. Vivia nela Vasco de Gouveia, irmão do comendador, que também possuía as casas que lhe eram contíguas, igualmente compostas de casa dianteira e casa de dentro e que serviam de estrebaria. Por sua vez, estas confrontavam com outra casa em que estavam dois fornos de cozer pão, que confinava com o Adro da Igreja e ocupava um espaço com 74,36 m<sup>2</sup>. Os fornos estavam na posse do comendador e andavam arrendados com a renda principal.

Em Mora, depois de visitarem as igrejas da vila e as da aldeia de Martinhanes, anexas a esta comenda, os visitantes dirigiram-se à Várzea, onde estava um moinho próprio da Ordem, de um só ferido<sup>112</sup>. Era pequeno, tinha apenas 13,31 m<sup>2</sup> de área, mas dispunha de uma serventia em volta. Por falta de caudal, tinha a particularidade de moer só na época das cheias, mas a sua maior particularidade estava nos materiais que incorporava. Tal como os moinhos que a Ordem possuía em Seda e Figueira tinha cobertura de cortiça, mas, ao contrário de todos os moinhos da mesma, que tinham as paredes de pedra e cal, o de Mora tinha as paredes de cortiça e barro. Fica assim documentada a ancestralidade de uma técnica que foi detectada na actualidade no concelho de Mora<sup>113</sup>, e que completa o leque das três variantes funcionais que a cortiça assumiu como material de construção nestas comendas da Ordem de Avis.

## Conclusão

Como pudemos constatar, numa região fez em cortiça, que se distribui pelos actuais concelhos de Avis, Alter do Chão, Ponte de Sor e Mora, possuía a Ordem de Avis, no início da Idade Moderna, um considerável número de edifícios em que a cortiça estava presente. Mas, mais do que o número de casos registados, salta à vista a variedade de soluções construtivas em que este material era parte integrante. Além do que até agora se conhece acerca do uso histórico da cortiça como material de construção nas regiões

<sup>109</sup> O topónimo *aRyçeçe* referido no texto parece ser uma corruptela de *Arracefe* referenciado a 30 de Junho de 1211, na carta de doação de D. Afonso II a D. Fernando Eanes, mestre da milícia de Évora, do lugar de Avis, sob condição de nele edificar castelo. Na delimitação dos termos da Ordem pode ler-se: “cuius isti sunt termini. scilicet. ubi incipiat in ponte de Soor et uadit ad pontem de Seda et inde ad caput de Alter, et uadit ad Arracefe, et redit ad Petroganum de Fagiar Noidar” (ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, doc. 61)

<sup>110</sup> Tratava-se da via XIV, identificada por André Carneiro, em *Itinerários romanos do Alentejo: um comentário às grandes vias da Lusitânia de Mário de Saa*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

<sup>111</sup> *Visitação*, fól.207, 221-222.

<sup>112</sup> *Visitação*, fól. 272.

<sup>113</sup> Rui Fontes Ferreira, “Cortiça na Arquitectura Tradicional Portuguesa: um material de construção ignorado”, in *Arquitectura de Terra em Portugal*, ed. Filipe Silva, Maria Fernandes e Mariana Correia, Lisboa, Argumentum, 2005, pp. 114-118.



situadas a norte do Tejo - em que este elemento servia exclusivamente como cobertura de casas, mesmo em espaços urbanos -, os casos aqui analisados mostram que esta solução era também frequente em terras meridionais, não apenas em construções rústicas, como principalmente em construções urbanas.

Verificámos que as construções rústicas, como os moinhos, eram sempre cobertas de cortiça virgem, senão totalmente, pelo menos em parte, tipo de cobertura extensivo às casas situadas em ambiente rural, como o assentamento de casas da Coutada da Ordem, em Seda, que fora transformada em venda. Mas o mais importante é que as casas de habitação e os fornos que se encontravam nas artérias centrais das povoações, como a Rua do Castelo, em Seda, ou a Rua Principal, em Galveias, se apresentavam cobertas de cortiça. E o que é mais digno de nota é que as próprias casas que serviam de morada ao comendador das Galveias e seus familiares eram também elas cobertas de cortiça, prova de que esta solução construtiva era valorizada pela Ordem, por razões práticas, sem dúvida, mas porque este tipo de cobertura fazia parte da tradição local. De facto, era nas ermidas mais antigas do termo de Seda, como a de Santa Maria de Alparajão e S. Pedro da Ervideira, que se encontravam as únicas coberturas de cortiça em igrejas da Ordem, prova de que tal solução era antiga.

Outra solução construtiva, que um dos casos estudados nos reporta, está representada pelo moinho situado na Várzea de Mora. Tal como os outros moinhos da Ordem, era coberto de cortiça, mas ao contrário deles, que tinham paredes de pedra e cal, este tinha paredes feitas de cortiça e barro. Este emprego da cortiça nas chamadas alvenarias de cortiça e terra, ainda hoje documentadas em construções rurais de algumas regiões do Alentejo, Mora inclusive, também denota ancestralidade e tradição.

Ao contrário das anteriores soluções construtivas de que a cortiça faz parte, a terceira e última solução está marcada pela modernidade. Consiste em forrar os tectos dos edifícios com cortiça amadia e, no conjunto estudado, está representada por três casos, pertencendo todos à comenda de Seda.

Como atrás se disse, no início do século XVI, a cortiça foi usada para forrar algumas câmaras dos aposentos dos alcaides-mores de Mértola, Nisa e

Avis. Todavia, ao longo desta mesma centúria, tal prática tornou-se moda em cidades e vilas do Sul, como Évora, Avis, Arraiolos e Benavente, onde as elites urbanas mandavam forrar os tectos das suas casas, como sinal de conforto e distinção. Pela mesma época, também algumas igrejas da Ordem de Santiago situadas no Sudoeste Alentejano apresentavam os seus tectos forrados de cortiça, alguns deles com pinturas.

No conjunto de imóveis em análise, os casos em que a cortiça serviu para forrar edifícios de qualidade foram os aposentos do comendador e alcaide-mor de Seda, situados dentro do castelo; uma casa que lhe era contígua onde se alojavam os criados do comendador; e a ermida de S. Pedro da Ervideira, situada no termo da vila. Pelo que nos é dado perceber, todos eles eram de construção recente.

Ao invés do que se assinalou para os já conhecidos aposentos dos alcaides-mores de Mértola, Nisa e Avis, onde só um ou outro compartimento era forrado de cortiça, nos aposentos do alcaide-mor de Seda todas as casas que o compunham estavam madeiradas de asnas e forradas de cortiça amadia. O mesmo tratamento foi dado à casa onde se alojavam os seus criados, que, apesar de ser madeirada de trouxa, era forrada de cortiça, dispositivo que lhe proporcionava algum conforto reforçado pela existência de uma chaminé.

O caso da ermida de S. Pedro da Ervideira é excepcional porque, entre as 28 igrejas inventariadas, é a única que tem o tecto da capela-mor forrada de cortiça. Diga-se, a propósito, que seis daquelas igrejas tinham a sua capela-mor forrada ou olivelada de madeira. A da matriz de Figueira era forrada de castanho; a da matriz de Galveias, bem como as das ermidas de Santo António e de S. Barnabé de Seda, estavam forradas de tabuado de pinho; a da ermida de S. Brissos anexa à comenda de Mora tinha um forro de amieiro e freixo que apenas cobria o altar. Sobre a igreja matriz de Seda os visitantes limitaram-se a registar que tinha a ousia forrada com o forro pintado, sem indicarem o material utilizado. Na ermida de S. Pedro da Ervideira, à data da visitação, os moradores tinham substituído a pequena capela coberta de cortiça, à moda antiga, por uma ousia moderna, madeirada de asnas, forrada de cortiça amadia delgada e telhada por cima. Estamos perante um exemplo de inovação

sem paralelo numa pequena comunidade rural, que envolvia não apenas custos materiais como técnicas apropriadas para a sua concretização. Talvez possamos admitir, como hipótese, que os mestres que forraram os tectos dos aposentos do comendador e alcaide-mor de Seda tenham sido os mesmos que forraram de cortiça o tecto da pequena ermida de S. Pedro da Ervideira.

Resta acrescentar que o texto da Visitação de 1519, para além de documentar a diversidade de usos que naquelas terras da Ordem de Avis eram

dados à cortiça como material de construção, nos revela um facto importante: o da promoção da cortiça, de material pobre a material nobre. Longe ficavam os tugúrios de Plínio em que a cortiça cobria apenas as choupanas de rústicos em lugares remotos. No início da Modernidade ela servia para cobrir edifícios “industriais” valiosos, como os moinhos, e casas comuns situadas no centro das povoações, mas também revestia os tectos dos aposentos senhoriais ou dos espaços sagrados das igrejas.

#### APÊNDICE

#### Quadros descritivos dos edifícios visitados

#### Cano - Igrejas (3)

(Visitação, fls. 6v-12)

Edifícios	Altar-mor /Ousia (Estrutura e materiais)	Arco do Cruzeiro	Corpo da igreja (Estrutura e materiais)	Outros elementos
<b>Igreja de Santa Maria</b> Situada fora da povoação	Altar-mor de alvenaria ao qual se sobe por dois degraus de ladrilho e pedra e cal. Ousia: paredes de pedra e cal, guarnecidas por dentro e por fora com cal, <i>madeirada de asnas e coberta de telha vã</i> ; Pinturas de N <sup>o</sup> S <sup>o</sup> com o Menino, S. Miguel e Sta. Catarina nas paredes  4,5x4,25 varas (4,95x4,68 m)	Arco de pedraria, ladeado por dois altares de alvenaria	Três naves; paredes de pedra e cal, <i>madeirada sobre quatro esteios redondos de alvenaria sobre os quais assentam traves grossas sobre que está madeirada; a nave do meio é madeirada de asnas e as dos lados são madeiradas de trouxa cobertas de telha vã</i>	Três portados de pedraria, com portas, ferrolhos, fechaduras e chaves; Sacristia: Paredes de pedra e cal, <i>madeirada de trouxa coberta de telha vã</i> ; é lajeada, tem um altar de madeira e um portado para a ousia; Pia de batizar de pedra mármore, nova e boa, com cobertura de madeira; Campanário de pedra e cal, com dois sinos, ao qual sobem por dentro da igreja por uma escada de pedra e cal e ladrilho; está descoberto
<b>Ermida de S. Sebastião</b> No rossio da vila  (Feita pelo povo, por suas devoções)	Altar de alvenaria. Ousia: paredes de pedra e barro guarnecidas com cal por dentro, <i>madeirada de trouxa coberta de telha vã</i> Pintura de S. Sebastião na parede, mal pintada  3,5x3,18 varas (3,85x3,5 m)		Uma nave; <i>madeirada de trouxa sobre uma madre, com um esteio de pau no meio; coberta de telha vã, mal reparada</i>	Portado de alvenaria de tijolos com cumeeiras de pau
<b>Ermida de Santa Catarina</b> No termo da vila	Altar de pedra e barro com uma laje por cima. Sem ousia		Uma casa só; paredes de pedra e barro, <i>madeirada de trouxa sobre uma madre, com um esteio de pau no meio; coberta de telha vã</i>	Portado de tijolo de alvenaria, com portas já velhas, com ferrolhos, fechaduras e chaves; Casinha do ermitão: paredes de pedra e barro, <i>madeirada de trouxa, coberta de telha vã</i> , o telhado mal reparado  3,25x4 varas (3,58x4,4 m)



Edifícios	Estrutura	Materiais	Outros elementos
<p><b>Pardieiros pegados com os “aposentamentos”</b></p> <p>Área: 29,53 m<sup>2</sup></p> <p>Área: 12,1 m<sup>2</sup></p> <p>Área total: 41,63 m<sup>2</sup></p>	<p>Dois pardieiros: um derrubado e outro com pedaços de paredes</p> <p>6,5x3,75 varas (7,15x4,13 m)</p> <p>4x2,5 varas (4,4x2,75 m)</p>		
<p><b>Paços Velhos</b> No Cerrado da Ordem</p> <p>Área do chão: 1 858,6 m<sup>2</sup></p>	<p>Pardieiros derrubados que antigamente se chamavam os Paços Velhos, num chão cercado de pedra</p> <p>48,5x32 varas (52,8x325 m)</p>		

**Figueira - Igrejas (1)**  
(*Visitação*, fls. 67-71)

Edifício	Altar-mor/Ousia (Estrutura e materiais)	Arco do Cruzeiro	Corpo da igreja (Estrutura e materiais)	Outros elementos
<p><b>Igreja de S. Brás</b></p> <p>Situada fora da povoação</p>	<p>Altar-mor de pedra e barro com uma pedra grande por cima e sobem ao altar por um degrau de pedra e barro.</p> <p>Ousia: paredes de pedra e barro, guarnecidas de cal por dentro e por fora; por cima <i>olivelada de madeira de castanho</i> com quatro linhas que a atravessam de uma parte à outra; chão lajeado</p> <p>6,5x4,25 varas (7,15x4,68 m)</p>	<p>Arco de alvenaria com pinturas do Calvário ladeado por dois altares.</p> <p>Pinturas nas paredes dos altares: S. Bento, S. Sebastião, S. Bartolomeu</p>	<p>Três naves; paredes de pedra e barro, madeirada sobre seis esteios de pedra e barro; de um esteio a outro vão frechais grossos sobre o qual assenta o madeiramento; <i>madeirada de asnas e coberta de telha vã</i></p> <p>13,33x7 varas (14,66x7,7 m)</p>	<p>Dois portados de pedraria, com suas portas, ferrolhos, fechaduras e chaves; Duas pias pequenas de água benta, uma em pedra mármore e a outra em pedra boroeira; Campanário de pedra e cal com dois arcos de pedraria em que estão dois sinos bons e com uma meia escada</p>

**Figueira - Casas (6)**

(Visitação, fls. 72; 77-79; 100-105)

Edifícios	Estrutura	Materiais	Outros elementos
<b>Hospital</b> Junto da Praça, em frente da Porta da Cerca	Uma casa só, grande	Paredes de pedra e barro, <i>madeirada de trouxa, coberta de telha vã, com um esteio ao meio</i>	
<b>Casas do Comendador</b> Dentro da Cerca (a Cerca tem paredes de pedra e barro cobertas de lajes) Área útil: 2x43,56 =87,12 m <sup>2</sup> Área: 48,58 m <sup>2</sup> Área: 24,5 m <sup>2</sup> Área: 25,83 m <sup>2</sup> Área total: 186,03 m <sup>2</sup>	Um assento de casas: Uma casa-torre de quatro águas, sobradada com loja por baixo 6x6 varas (6,6x6,6 m) Casa térrea que dá acesso à torre através de uma escada de madeira 6,33x6,33 varas (6,97x6,97 m) Casa térrea, contígua à anterior, que serve de estrebaria 4,5x4,5 varas (4,95x4,95 m) Casa térrea pegada com a cerca que se serve por fora da mesma 5,33x4 varas (5,87x4,4 m)	Paredes de pedra e cal e pedra e barro, <i>madeirada de asnas, coberta de telha vã</i> Paredes de pedra e barro, <i>madeirada de trouxa, coberta de telha vã</i> Paredes de pedra e barro, <i>madeirada de trouxa, coberta de telha vã</i>	Duas janelas e portado de pedraria Portado de alvenaria com os exalços de pedra e uma chaminé de verga Portado de tijolo de alvenaria e uma chaminé de verga
<b>Casas e forno da Ordem</b> Na Rua Direita, abaixo da Cerca Área: 21,78 m <sup>2</sup> Área: 35,08 m <sup>2</sup> Área total: 56,9 m <sup>2</sup>	Duas casas térreas: Casa dianteira em que está o forno 4,5x4 varas (4,95x4,4 m) Casa de trás que tem o telhado derrubado 3,66x3 varas (4,03x3,3 m)	Paredes de pedra e barro, <i>madeiras de trouxa, cobertas de telha vã</i>	
<b>Moinho</b> Na ribeira de Avis, ao Porto da Azenha Área: 27,23 m <sup>2</sup>	Uma casa 5x4,5 varas (5,5x4,95 m)	Paredes de pedra e cal, <b>coberta de telha vã e de cortiça</b>	É de um ferido
<b>Moinho “que antigamente se chamava da Ordem”</b> Na ribeira de Avis Área: 41,85 m <sup>2</sup>	Uma casa 9,88x3,5 varas (10,87x3,85 m)	Paredes de pedra e cal, <b>coberta de cortiça</b>	É de dois feridos
<b>Moinho</b> Ao Porto do Manso Área: 43,61 m <sup>2</sup>	Uma casa 6,75x5,33 varas (7,43x5,87 m)	Paredes de pedra e cal, <b>coberta de telha e de cortiça</b>	É de dois feridos

**Seda - Igrejas (9)**  
(Visitação, fls. 117-128v)

Edifícios	Altar-mor/Ousia (Estrutura e materiais)	Arco do Cruzeiro	Corpo da igreja (Estrutura e materiais)	Outros elementos
<b>Igreja de Santa Maria do Espinheiro</b>  Está fora da povoação	Altar-mor de alvenaria ao qual se sobe por três degraus. Ousia: <i>forrada, com o forro pintado</i> ; por cima tem madeiramento e telhado e é lajeada  Pintura nas paredes: N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> com o Menino  6,33x4,5 varas (6,96x6,96 m)	Arco de pedraria com grades de castanho pintadas ladeado por dois altares de alvenaria. Pintura do Calvário	Uma só nave; <i>madeirada de asnas e coberta de telha vã e ladrilhada</i>  16,5x8 varas (18,5x8,8 m)	Paredes de pedra e cal guarnecida de cal por dentro e por fora; Três portados de pedraria com portas, ferrolhos, fechaduras e chaves, com os respectivos alpendres; Sacristia: paredes de pedra e cal, <i>madeirada de trouxa, coberta de telha vã</i> ; é lajeada e tem um altar de madeira; 4x1,5 varas (4,4x1,65 m) Pia de baptizar de pedra mármore assente num tabuleiro de ladrilho, com cobertura de madeira e pia de água benta também de mármore; Púlpito novo de madeira de pinho; Campanário com dois sinos, sem escada
<b>Ermida de S. Bento</b>  Junto da vila	Altar de pedra e barro rebocado de cal. Pintura nas paredes: S. Bento, Espírito Santo e Apóstolos		Uma casa só; paredes de pedra e barro rebocadas de cal por dentro e por fora, <i>madeirada sobre uma trave de duas águas</i> , com um esteio de pau grosso no meio, telhada de telha vã 5,66x5,33 varas (6,23x5,5 m)	
<b>Ermida de Santo António</b>  No termo da vila, nas Relvas	Altar de alvenaria de pedra e barro. Ousia: <i>forrada de tabuado de pinho</i>  2,25x3,5 varas (2,48x3,85 m)	Arco com grades desmanchadas	Uma nave, <i>madeirada de asnas, coberta de telha vã</i>  6,5x5 varas (7,15x5,5 m)	Portado de alvenaria com os exalços de pedra e o mais tijolo; portas velhas sem fechadura
<b>Ermida de S. Brissos</b>  Junto da vila, na Coutada da Ordem	Altar de uma pedra grande assente em piares de pedra. Capela derrubada 4x4,66 varas (4,4x5,13 m)	Arco de pedraria	Está derrubado  10x6 varas (11x6,6 m)	
<b>Ermida de S. Barnabé</b> No termo da vila, junto à ribeira de Alter (São os moradores de Alter do Chão que a reparam por suas devoções por ser casa de grande romagem)	Altar de uma laje de pedra assente sobre uma pedra redonda. Ousia: <i>forrada de tabuado de pinho</i> e ladrilhada. Pinturas nas paredes: N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> com o Menino Sto. Antão, S. Roque  4x3,5 varas (4,4x3,85 m)	Arco de pedraria com grades de castanho, sem portas	Uma nave, <i>madeirada sobre uma madre assente sobre um esteio de pedra mármore bom que está no meio da casa, coberta de telha vã</i>  8x5,66 varas (8,8x6,23 m)	Paredes de pedra e barro guarnecidas com cal, com cunhais de pedraria; Portado de pedraria, com portas, ferrolho e sem fechadura; Casa do ermitão nos edifícios velhos junto à ermida; Ao redor da ermida há um cerrado de pedra ensonsa

(Continua)



Edifícios	Altar-mor/Ousia (Estrutura e materiais)	Arco do Cruzeiro	Corpo da igreja (Estrutura e materiais)	Outros elementos
<b>Ermida de S. Marcos</b> No termo da vila				Não foi medida por se encontrar toda derrubada
<b>Ermida de S. Domingos de Sarrazola</b> No termo da vila	Altar de pedra e barro. Sem ousia		Uma casinha <i>madeirada de trouxa sobre uma madre coberta de telha vã</i>  4,5x3,66 varas (4,95x4,03 m)	Paredes de pedra e barro; mal reparada e danificada de paredes e telhado
<b>Ermida de S. Pedro da Ervideira</b> No termo da vila (Antes era uma capela muito pequena <b>coberta de cortiça</b> , que os moradores da Ervideira estavam a reconstruir)	Altar de pedra e barro guarnecido com cal. Ousia de pedra e barro também guarnecida com cal; <i>madeirada de asnas</i> e <b>forrada de cortiça de amadio delgada</b> ; telhada dor cima, tudo feito de novo  3x3 varas (3,3x3,3 m)	Arco com os exalços de pedra e o mais de alvenaria, com grades de pau de salgueiro	Começado a fazer, com paredes até ao meio, de pedra e barro, e o mais de taipas; <b>coberto de cortiça</b>  5,5x4,5 varas (6,05x4,95 m)	
<b>Ermida de Santa Maria de Alparrajão</b> No termo da vila, (em lugar que em tempo antigo foi grande povoação)	Altar de pedra e barro. Ousia: paredes de pedra e barro até o meio e daí para cima de tijolo; <b>coberta de cortiça</b> , muito mal reparada  3,5x3,9 varas (3,85x4,29 m)		Derrubado e danificado	

**Seda - Casas (11)**

(Visitação, fls.129-130v; 144-148; 180-183)

Edifícios	Estrutura	Materiais	Outros elementos
<b>“Aposentamentos” do comendador e alcaide-mor</b>  Dentro do Castelo “que é uma cerca muito velha, parcialmente derrubada, sem nenhuma torre, cujos muros não foram acabados”  Nota: Não foram medidos	Oito casas, entre grandes e pequenas e por baixo outros tantos sótãos que servem de celeiro do trigo e do pão dos dízimos:  Uma sala sobradada a que se acede por uma escada que vai do sótão da mesma sala;  À mão esquerda da sala está uma câmara que serve de guarda-roupa e uma casa muito pequena que serve de privado;  À mão direita estão quatro câmaras, uma das quais serve de cozinha e outra de botica	Paredes de pedra e cal, guarnecidas por dentro e por fora de cal; são <i>madeiradas de asnas</i> e todas <b>forradas por cima de cortiça de amadio</b> e todas soalhadas de tabuado	Todas têm bons portados com portas e fechaduras  Tem uma boa chaminé e duas janelas com esteios de pedra mármore no meio  Tem uma janela  Todas têm janela

(Continua)

Edifícios	Estrutura	Materiais	Outros elementos
<b>Casas contíguas aos aposentamentos do comendador e alcaide-mor</b> Dentro do Castelo	<p>Uma casa térrea onde pousam os criados do comendador;</p> <p>Uma casa térrea, pequena, para galinhas;</p> <p>Uma casa grande que serve de estrebaria, que tem manjedouras; e pegada com ela outra mais pequena que tem palha e serve de palheiro;</p> <p>Uma casa grande que é lagar de azeite de duas varas (uma delas desmanchada) com sua caldeira e moinho, em que se mói toda a azeitona que há na vila</p>	<p><i>Madeirada de trouxa e forrada de cortiça;</i></p> <p>Tem paredes de taipa e está coberta de telha vã;</p> <p>Têm paredes de pedra e barro, <i>madeiradas de trouxa, cobertas de telha vã;</i></p> <p>Tem paredes de pedra e barro, <i>madeirada de trouxa, coberta de telha vã</i></p>	Tem uma chaminé
<b>Casas destinadas aos priores</b> Na Rua do Castelo Área: 31,04 m <sup>2</sup>  Área: 11,67 m <sup>2</sup>  Área: 10,89 m <sup>2</sup>  Área: 10,53 m <sup>2</sup>  Área: 12,71 m <sup>2</sup>  Área total: 76,85 m <sup>2</sup>	<p>Cinco casas térreas: Casa dianteira 4,66x5,5 varas (5,13x6,05 m)</p> <p>Câmara defronte da porta da rua 3,5x2,75 varas (3,85x3,03 m)</p> <p>A casa seguinte 3x3 varas (3,3x3,3 m)</p> <p>Outra casa 3x2,9 varas (3,3x3,19 m)</p> <p>Câmara de dentro 3,5x3 varas (3,85x3x3 m)</p>	Têm paredes de pedra e barro e algumas de taipas; <i>madeiradas de trouxa cobertas de telha vã</i>	
<b>Casa em que está um forno de cozer pão</b> Na Rua do Castelo Área: 25,08 m <sup>2</sup>	Uma casa térrea 5,18x4 varas (6,6x3,85 m)	Tem paredes de taipa, <b>coberta de cortiça</b>	
<b>Casa</b> Na Rua do Castelo Área: 25,41 m <sup>2</sup>	Uma casa térrea 6x3,5 varas (6,6x3,85 m)	Paredes de pedra e barro e de taipas; <i>madeirada de trouxa coberta de cortiça</i>	Tem portado de pedra e barro  Tem um chão por trás
<b>Casas</b> Na Rua do Castelo Área: 29,65 m <sup>2</sup>	Uma casa térrea 7x3,5 varas (7,7x3,85 m)	Paredes de pedra e barro e de taipas; <i>madeirada de trouxa coberta de telha vã</i>	Tem um chão atrás para se fazer câmara térrea
<b>Casas</b> Na Rua do Castelo Área: 15,75 m <sup>2</sup>  Área: 14,52 m <sup>2</sup>  Área total: 30,99 m <sup>2</sup>	<p>Duas casas térreas: Casa dianteira 3,25x4 varas (3,58x4,4 m)</p> <p>Celeiro 3x4 varas (3,3x4,4 m)</p>	Paredes de pedra e barro e de taipas; <i>madeiradas de trouxa cobertas de telha vã</i>	Tem portado de pedra e barro

(Continua)



Edifícios	Estrutura	Materiais	Outros elementos
<p><b>Casas</b> Na Rua do Castelo Área:14,75 m<sup>2</sup></p> <p>Área: 16,24 m<sup>2</sup></p> <p>Área total: 30,99 m<sup>2</sup></p>	<p>Duas casas térreas: Casa dianteira 3,66x3,33 varas (4,03x3,66 m)</p> <p>Celeiro 3,66x3,66 varas (4,03x4,03 m)</p>	Paredes de pedra e barro e taipa: a dianteira é <b>coberta de cortiça</b> e o celeiro de telha	
<p><b>Casa</b> Numa horta, na Coutada de S. Brissos</p>	Uma casa mal reparada	Paredes de pedra e barro <b>coberta de cortiça</b>	
<p><b>Assento de casas, em que se fez uma venda</b> Na Coutada de S. Brissos, na Bica, a sul da estrada do <i>aryçeçe</i>, que vai para a Ponte Formosa Área:31,41 m<sup>2</sup></p> <p>Área: 14,52 m<sup>2</sup></p> <p>Área: 30,25 m<sup>2</sup></p> <p>Área: 18,15 m<sup>2</sup></p> <p>Área total: 94,33 m<sup>2</sup></p>	<p>São quatro casas: Duas de morada:</p> <p>Casa dianteira 6x4,33 varas (6,6x4,76 m)</p> <p>Celeiro (4x3 varas) (4,4x3,3 m);</p> <p>Estrebaria com duas manjedouras 10x2,5 varas (11x2,75 m)</p> <p>Palheiro 5x3 varas (5,5x3,3 m)</p>	Paredes de taipas com alicerces de pedra, <b>todas cobertas de cortiça</b>	
<p><b>Moinho</b> Na Ribeira de Seda, junto da vila Área: 46, 37 m<sup>2</sup></p>	<p>Uma casa 7,66x5 varas (8,43x5,5 m)</p>	Paredes de pedra e cal, <i>madeirado de trouxa</i> , <b>coberto de cortiça</b>	De dois feridos Estava mal reparado

### Galveias - Igrejas (1)

(Visitação, fls. 203-204)

Edifícios	Altar-mor/Ousia (Estrutura e materiais)	Arco do Cruzeiro	Corpo da igreja (Estrutura e materiais)	Outros elementos
<p><b>Igreja de S. Lourenço</b></p> <p>Está um pouco apartada da povoação</p>	<p>Altar de pedra e barro guarnecido de cal. Ousia: <i>forrada de tabuado de pinho</i> com o chão mal lajeado</p> <p>Paredes com pinturas: Espírito Santo, N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> e Apóstolos</p> <p>4x3 varas (4,4x3,3 m)</p>	<p>Arco de alvenaria ladeado por dois altares de pedra e barro guarnecidos de cal. Pintura do Calvário</p>	<p>Uma nave: paredes de pedra e barro, guarnecidas de cal por dentro e por fora; <i>madeirado de asnas</i>, <i>coberto de telha vã</i>; ladrilhada de tijolo</p> <p>9x5,5 varas (9,9x6,05 m)</p>	<p>Dois portados: o principal é de alvenaria, com portas, ferrolho, fechadura e chave; o do norte é de alvenaria com as cumeadas de pau, com uma porta velha;</p> <p>Pia de baptizar de pedra, de alvenaria de pedra e cal, por cima de uma laje; pia de água benta de pedra, quebrada;</p> <p>Arco de alvenaria que sai sobre a porta principal em que está um sino pequeno</p>

### Galveias - Casas (4)

( *Visitação*, fls. 207; 221-222)

Edifícios	Estrutura	Materiais	Outros elementos
<b>Hospital</b> Na Rua Principal	Duas casas térreas: Casa dianteira e celeiro	Paredes de taipas, alicerces de pedra, <b>cobertas de cortiça</b>	
<b>Casas que possui o Comendador</b> Na Rua Principal  Área: 39,27 m <sup>2</sup>  Área: 44,33 m <sup>2</sup>  Área total: 83,6 m <sup>2</sup>	Duas casas térreas:  Casa dianteira, que tem no meio um esteio de pau 7,5x4,33 varas (8,25x4,76 m)  Celeiro 10x 3,66 varas (11x4,03 m)	Paredes de taipas, alicerces de pedra, <b>cobertas de cortiça</b>	A dianteira tem um portado com cumeeiras de pau
<b>Casas que possui o Comendador e servem de estrebaria</b> Na Rua Principal  Área: 26,68 m <sup>2</sup>  Área: 18,02 m <sup>2</sup>  Área total: 44,7 m <sup>2</sup>	Duas casas térreas:  Casa dianteira 4,9x4,5 varas (5,39x4,95 m)  Casa de dentro 4,25x 3,5 varas (4,68x3,85 m) Mal reparada	Paredes de taipas, <b>cobertas de cortiça</b>	
<b>Casa em que estão dois fornos de cozer pão que possui o Comendador</b> No Adro da Igreja/Rua Principal Área: 74,36 m <sup>2</sup>	Uma casa térrea 9,5x6,5 varas (10,45x7,15 m)	Paredes de taipas, <b>coberta de cortiça</b>	

### Mora - Igrejas (4)

( *Visitação*, fls. 252v-259v)

Edifício	Altar-mor/Ousia (Estrutura e materiais)	Arco do Cruzeiro	Corpo da igreja (Estrutura e materiais)	Outros elementos
<b>Igreja de Santa Maria da Graça</b>  Está afastada da povoação	Altar-mor de taipa guarnecido de cal. Ousia: Paredes de pedra e cal; ladrihada. Pinturas nas paredes: N <sup>o</sup> S <sup>o</sup> do Rosário, S. Brás, etc.  4,66x3 varas (5,13x3,3 m)	Arco de alvenaria com umas grades de freixo, ladeado de dois altares de taipas guarnecidos de cal.  Pinturas do Calvário e nas paredes dos altares: Espírito Santo, S. Pedro, Sto. André, etc.	Uma nave: paredes de pedra e cal, <i>madeirada de asnas e coberta de telha vã</i>  7x4 varas (7,7x4,4 m)	Tem dois portados de pedraria com portas, ferrolho, fechadura e chave; Pia de baptizar de pedra burneira e pia de água benta de mármore sobre padrão de pedra burneira; Uma <i>campã</i> pequena posta numa porca, um pouco acima do telhado
<b>Ermida de S. Brissos</b> Na aldeia de Martinhanes do termo de Coruche que anda anexa à comenda de Mora	Altar de pedra e barro guarnecido de cal. Ousia: coberta de telha vã, <i>com forro de amieiro e freixo por cima do altar</i> ; ladrihada de tijolo	Grades de castanho e freixo	Uma casa só: paredes de pedra e barro guarnecidas de cal, <i>madeirada de trouxa, coberta de telha vã</i>	Portado de pedra; chão com cumeeiras de pau, sem portas

(Continua)



Edifício	Altar-mor/Ousia (Estrutura e materiais)	Arco do Cruzeiro	Corpo da igreja (Estrutura e materiais)	Outros elementos
<b>Ermida de S. Romão</b> Na aldeia de Martinhanes do termo de Coruche que anda anexa à comenda de Mora	Altar mal reparado. Paredes de pedra e barro		Uma casa só: paredes de pedra e barro, coberta de telha vã, mal reparada 3,5x3 varas (3,85x3,3 m)	
<b>Ermida de S. Gião</b> Junto da vila de Mora	Altar desmanchado		Um casa só: paredes de taipas com alicerces de pedra, parcialmente derrubadas	

**Mora - Casas (1)***(Visitação, fl. 272)*

Edifícios	Estrutura	Materiais	Outros elementos
<b>Moinho</b> Situado na Várzea (mói somente no inverno com as enxurradas do Vale da Amieira Longa)  Área: 13,31 m <sup>2</sup>	Uma casa térrea  5,5x2 varas (6,05x2,2 m)	<b>Paredes de cortiça e barro, coberto de cortiça</b>	Tem um ferido; tem uma serventia de 3 varas à frente da porta e de 1 vara em volta do moinho

**FONTES E BIBLIOGRAFIA****Fontes manuscritas**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 356, Livro da Portagem de Lisboa (1377-1498).

Leitura Nova, Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana, Liv. 45.

Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, Liv. 15, *Visitação das igrejas e tombo das propriedades foros e direitos da Ordem em Cano, Figueira, Galveias, Mora e Seda.*Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, Liv. 14, *Visitação e tombo das propriedades da Ordem da vila de Avis e seu termo, Cabeço de Vide, Cano, Figueira e Fronteira, Galveias, Seda e Sousel.*

Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, mç. 2, nº 61 e 129.

Ordem de Cristo, Convento de Tomar, Liv. 310.

**Fontes impressas**ARMAS, Duarte de: *Livro das Fortalezas*, apresentação e leituras de J. J. Alves Dias, Lisboa, CHAM/DP, Editora Caleidoscópico, 2015.BUARCOS, João Brandão de, “Majestade e Grandezas de Lisboa em 1552”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. XI, Lisboa, 1921, pp. 9-241, 93.*Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. J. J. Alves Dias, vol. II, tomo 1, vol. III, tomo 3, vol. IV, tomo 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, UNL, 2000-2005.*Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Pedro I*, ed. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, UNL, 1984.COLUMELA, Lucius Junius, *De re rustica*, liber IX, vi (*Perseus Digital Library*).*Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mesitrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos*, org. J. Mendes da Cunha Saraiva, Lisboa, Ministério das Finanças, 1950-1953.*História Florestal Aquícola e Cinegética*, ed. C. Baeta Neves, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, 1980.ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, vol. I, Lisboa, Officina Craesbeckiana, 1656.MONFORTE, Fr. Manuel de, *Chronica da Provincia da Piedade Primeira Capucha de Toda a*



*Ordem, e Regular Observancia do nosso Padre S. Francisco (...) Composta por Fr. Manoel de Monforte, pregador filho da mesma Provincia*, Lisboa, Na Officina de Miguel Marnescal da Costa, Impressor do Santo Officio, Anno 1751 (1ª edição 1693).

PIEIDADE, Fr. António da, *Espelho de penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arabida da regular e mais estrita observancia da ordem do patriarcha S. Francisco no instituto capucho*, Lisboa, Officina de Joseph M. Silva, 1728.

PLINIUS SECUNDUS, Gaius, *Naturalis Historia*, liber XVI, xiii e xiv (*Perseus Digital Library*)

*Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. J. Pedro Paiva, vol. 4, Lisboa, União das Misedicórdias Portuguesas, 2005.

*Regimentos de Évora e Arraiolos do século XV*, introd. e rev. Hermínia Vilar, Évora, CIDEUS-UE, 2005.

ROSÁRIO, Fr. Diogo do, *Flos Sanctorum ou Historia das vidas de Christo S. N. e de Sua Santissima Mãe, vidas de Santos e suas festas*, Lisboa, Officina de Antonio Craesbeeck, 1681.

SARAIVA, Maria Teresa, *Figueira, Comenda da Ordem de Avis - Publicação de Fontes*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

*Tombos da Ordem de Cristo*, org. Iria Gonçalves, vols. I, V, VI, VII, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2002-2010.

VARRO, Marcus Terentius, *De re rustica*, liber III, xvi (*Perseus Digital Library*)

## Estudos

ANDRADE, António Banha de, *Breve História das Ruínas do Antigo Burgo e Concelho de Montemor-o-Novo*, Évora, 1977.

BARROCA, Mário Jorge, “Medidas-padrão medievais portuguesas”, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, II série, vol. IX, 1992, pp. 53-85.

BEIRANTE, Maria Ângela, *Santarém Medieval*, Lisboa, FCSH/UNL, 1980.

—, “Para a história da morte em Portugal (sécs. XII-XIV)”, *Territórios do Sagrado, Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011.

—, “Cabeção, uma pequena vila alentejana, situada nos domínios da Ordem de Avis”, in *Pequenas Cidades no Tempo. O Ambiente e outros Temas*, ed. Adelaide Millán da Costa e Sara Prata, IEM, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2021, pp. 411-462.

— e DIAS, João José Alves, “O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI”, in *Estudos de história. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, 1995, pp. 61-79.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vols. VI e VIII, Lisboa, 1721.

BOISSELIER, Stéphane, *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires, XIII-XVe siècles*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

BOMBICO, Sónia e CARNEIRO, André, “Do Mar ao Montado: Evidências da utilização e exploração de cortiça na Lusitânia Romana”, in *El alcornocal y el negocio corchero: una perspectiva histórica e interdisciplinar*, coord. José Rangel Preciado, Carlos Manuel Faisca, Sónia Bombico e Pedro Mourisco, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2016, pp. 19-45.

BRAGA, Paulo Drumond, *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Câmara Municipal de Setúbal, 1998.

BRUN, Jean-Pierre et TCHERNIA, André, *Le vin roman antique*, Grenoble, Glénat Livres, 1999.

CALDAS, João Vieira e OLIVEIRA, Lina, “Telhados e tectos de asnaria, uma constante na construção portuguesa do gótico ao barroco”, in *Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*, Espírito Santo, 2013.

CARNEIRO, André, *Itinerários romanos do Alentejo: um comentário às grandes vias da Lusitânia de Mário Saa*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

CASTRO, Armando de, “Cortiça”, in *Dicionário de História de Portugal* dir. Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp.716-718.

CONDE, M. Sílvio, *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, Cascais, Patrimonia Historica, 2000, vol. I.

—, “A habitação corrente nos finais da Idade Média: morfologias, materialidades, funcionalidades”, in *Construir e Habitar: A Casa Medieval*, Braga, CITCEM, 2011, 203-266.



- , “Usos da cortiça na construção corrente tardomedieval e quinhentista”, in *História da Construção - Os Materiais*, coord. A. Sousa Melo e M. Carmo Ribeiro, Braga, CITCEM, 2012, pp. 221-242.
- , e VIEIRA, Marina Afonso, “A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos. Elementos para o seu estudo”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua Época*, vol. 3, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 263-286.
- , e VIEIRA, Marina Afonso, “A habitação e a arquitectura corrente do norte transmontano em finais da Idade Média”, in *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*, coord. Iria Gonçalves, CEH /UNL, Lisboa, 2005, pp. 65-12.
- “Convento de Santa Maria da Arrábida”, “Convento dos Capuchos de Sintra” e “Convento de Santa Cruz do Bussaco” in [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt)
- COSTA, João Tiago dos Santos, *Palmela. O Espaço e as Gentes*, vol. I, tese de doutoramento em História /História Medieval, Lisboa, FCSH /UNL, 2016.
- CUESTA-GÓMEZ, Fabián, PRATA, Sara e MAGUSTO, João, “Num buraco do chão vivia... uma história. Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras”, in *Pequenas Cidades no Tempo. O Ambiente e outros Temas*, ed. Adelaide Millán da Costa e Sara Prata, IEM, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Lisboa, 2021, pp. 151-180.
- CUNHA, Mário Raul de Sousa, (...) *Visitando nós ora pesoalmente o dito meestrado de Santiago (...) As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*, vol. I, tese de doutoramento em História de Arte Portuguesa, Porto, FLUP, 2012.
- DIAS, J. J. Alves, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisboa, FCG/JNICT, 1996.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.
- DOMINGUES, Francisco Contente, *Os navios do mar oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- ESPALDÉ, Josep, *Historia del corcho, más allá del tapon*, RETECORK, Catálogo [2018], pp. 5-6.
- FAÍSCA, Carlos Manuel, *El negocio corchero en Alentejo: explotación forestal, industria y política económica, 1848-1914*, Badajoz, Universidad de Extremadura, 2019, tesis doctoral.
- FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa, “A Ordem do Templo em Portugal: algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo”, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 8, 2007, pp. 409-420.
- FERREIRA, Rui Fontes, “Construções de Cortiça e Terra de Cortiçadas de Lavre”, in *Almanson | Revista de Cultura*, nº 14, 2000, 325-339.
- , “Cortiça na Arquitectura Tradicional Portuguesa: um material de construção ignorado”, in *Arquitectura de Terra em Portugal*, ed. Filipe Silva, Maria Fernandes e Marina Correia, Lisboa, Argumentum, 2005, pp. 114-118.
- , “Utilizações construtivas da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa”, in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, ed. Rui Fernandes Póvoas e João Mateus Mascarenhas, 2º vol., Porto, CEAU/FAUP, 2016, pp. 873-874.
- FONSECA, Inês, *Arquitectura de Terra em Avis*, Lisboa, Argumentum, 2007.
- GOMES, Rita Costa, *Castelos da Raia: Beira*, Lisboa, IPPAR, 1996.
- GONÇALVES, Iria, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.
- , “A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua Época*, vol. 3, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 101-123.
- GUITA, Rui, *Engenhos Hidráulicos Tradicionais*, Lisboa, Instituto de Conservação da Natureza/Parque Natural do Vale do Guadiana, 1999.
- LOURENÇO, Carlos Roggenmoser, *A Floresta Portuguesa e os Descobrimentos Marítimos*, Lisboa, Academia da Marinha, 1990.



- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959.
- , “Pesos e medidas”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 369-374.
- , *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, José, *O Concelho Alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*, separata da *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1988.
- MARTINS, João Sarrazola, GAGO, António Sousa, CALDAS, João Vieira e OLIVEIRA, Lina, “Telhados e tectos de asnaria, uma constante na construção portuguesa do gótico ao barroco”, in *Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*, Espírito Santo, 2013.
- , e GAGO, António Sousa, “Coberturas tradicionais a quatro águas e a questão dos telhados múltiplos” in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, ed. Rui Fernandes Póvoas e João Mascarenhas Mateus, 1<sup>o</sup> vol., Porto, CEAU/FAUP, 2016, pp. 427- 443.
- MOITEIRO, Gilberto Coralejo, “Uma comenda da Ordem de Cristo no Sueste da Beira - Penha Garcia nos inícios do século XVI”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua Época*, vol. 3, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 307-333.
- , “Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova”, in *Media Aetas*, 2<sup>a</sup> Série, vol. 1, 2004/2005, pp. 83-120.
- NASCIMENTO, Cláudio Santos do, *Cortiça na Construção*, tese de mestrado em Engenharia Civil, Porto, ISEP, 2013.
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Subericultura*, Lisboa, Ministério da Economia, 1950.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1992.
- e PEREIRA, Benjamim, *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1994.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009.
- PEREIRA, Armando de Sousa, “Avis, viagem a uma vila medieval”, in *A Cidade de Évora*, II Série, nº 3 (1998-1999), pp. 9- 35.
- PEREIRA, Emanuel Cardoso, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIV*, 2<sup>o</sup> Ciclo de Estudos em História Medieval e do Renascimento, Porto, FLUP, 2013.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- PICÃO, José da Silva, *Através dos Campos: Usos e Costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983, (1903).
- PONTES, Rui e TELHADA, Magda, “Castelos da Ordem de Cristo no Sudeste da Beira no reinado de D. Manuel”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 1, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 359-381;
- QUARESMA, António Martins, *Sudoeste Alentejano: materiais de construção tradicionais*, Odemira, 2014.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Memórias da Villa de Arrayollos*, Parte I, 2.<sup>a</sup> ed., C. M. A., Arraiolos, 1983.
- SANTOS, V. Pavão dos, “As ‘casas’ do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI”, *Bracara Augusta*, vol. XXXI, nº 71-72 (1977), pp. 255-264.
- SILVA, Joana Guerreiro e VALE, Clara Pimenta do, “A cortiça na construção: Sistemas construtivos tradicionais”, in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, in Rui Fernandes Póvoas e Rui Mascarenhas Mateus, 2<sup>o</sup> vol., Porto, CEAU/FAUP, 2016, pp. 509-518.
- SOLDEVILA I TEMPORAL, Xavier, “Suredes i suro al Baix Empordà medieval” in *Suredes i indústria surera: avui, ahir i demà*, ed. Santiago Zapata Blanco, Palafrugell, Museu del Suro de Palafrugell, 2009, pp. 594-602.
- SOUSA, Silvana Vieira de, e RODRIGUES, Paulo Simões, “Construir e habitar: espaços domésticos em Évora na passagem do século XV para o XVI”, in *Antologia de Ensaios - Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, patrimó-*



*nio, artes. V Seminário de investigação, ensino e difusão*, DINÂMIA'CET-IUL, 2019, pp. 4-16.

TCHERNIA, André, *The Romans and Trade*, Oxford, Oxford University Press, 2016.

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004.

TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na Composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

VASCONCELOS, J. Leite de, *Revista Lusitana*, vol. II, 1890-1892.

VIEIRA, José António Neiva, "Legislação relativa ao sobreiro e à cortiça", in *Cortiça, Suplemento ao Boletim Cortiça*, 1988, nº 600, pp. 39-48.

VITERBO, F. M. de Sousa, "O Monopólio da Cortiça no século XV", in *Archivo Historico Portu-guez*, vol. II, 1904, pp. 41-52.





CENTRO DE  
ESTUDOS  
HISTÓRICOS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA